

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

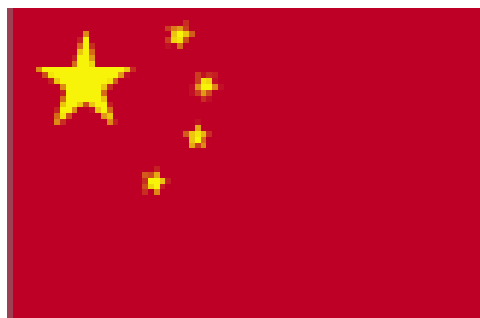
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

ANO LECTIVO 2005/ 2006

TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

***O Papel da China na actual conjuntura internacional.
Perspectiva de desenvolvimentos futuros.***

**José Romão Mourato Caldeira
Coronel de Cavalaria**



***“Ali está um gigante adormecido”
“(...) deixem-no dormir! Pois quando acordar ele moverá o mundo”
(Napoleão)***



**ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS
SUPERIORES MILITARES**

***ESTE TRABALHO FOI ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM
CURSO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES,
CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL.***

***AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE
ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM
ESCRITAS, NÃO REPRESENTAM DOCTRINA SUSTENTADA PELO
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.***

13 de Março de 2006

**José Romão Mourato Caldeira
Coronel de Cavalaria**

RESUMO***O Papel da China na actual conjuntura internacional.
Perspectiva de desenvolvimentos futuros.***

Na nova ordem mundial em que os Estados Unidos da América restaram como a única potência global, começam a emergir países com reconhecidas potencialidades e que poderão, a médio prazo, alterar as relações internacionais e estarmos de novo a caminhar para um sistema bipolar ou multipolar. De entre estes actores, é certamente a República Popular da China quem teve um maior desenvolvimento, conseguindo manter o regime político comunista ao mesmo tempo que se sujeita às leis internacionais do mercado e adere à Organização Mundial do Comércio.

Este trabalho começa por abordar a milenar história da China, a sua caracterização geoestratégica e geopolítica para depois analisar o actual relacionamento bilateral e multilateral na região em que se insere, com a União Europeia e com Portugal em particular.

Por fim serão levantados alguns cenários possíveis para o futuro da RPC e as condições em que eles se possam vir a concretizar, procurando dar alguns contributos à interrogação de todo o mundo, “o que virá a ser a RPC a médio e longo prazo?”

ABSTRACT***The role of China in the International Arena
Development Perspectives***

In the new world order where the USA remains the single global power, new countries are emerging with well known capabilities that could, in the near future, change international relations and lead us to a bipolar or multipolar system.

Among these players, the People's Republic of China (PRC) is definitely the one that has experienced greater growth, retaining the communist regime as well as accepting international trade regulations and joining the World Trade Organization.

This essay starts by looking at the millenary history of China, its geostrategic and geopolitical characteristics, moving on to an analysis of the present bilateral and multilateral relations in its geographic area, as well as with the EU and particularly with Portugal.

This essay will conclude by raising some hypothetical scenarios in the future of PRC and the circumstances in which they might be realized, as well as trying to contribute to the universal question “what is the PRC going to be in the short and the long term ?”

LISTA DE ACRÓNIMOS

ARF	ASEAN Regional Forum
ASEM	Ásia Europe Meeting
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático).
CNP	Congresso Nacional Popular
EUA	Estados Unidos da América
NU	Nações Unidas.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa – nova designação da PESD, à luz do Tratado da Constituição Europeia.
PESC	Política Externa de Segurança Comum – II Pilar da União
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa – circunscrita na PESC, orientada para o desenvolvimento de capacidades.
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

I	Introdução	1
II	Enquadramento Histórico	5
III	Caracterização Geopolítica e Geoestratégica	8
IV	Relações na Ásia - Pacífico	16
V	Relações Europa - China	32
VI	Alguns Cenários Possíveis	39
VII	Conclusões	42
	Bibliografia	44
	Apêndice A – História da China até à República	
	Anexo A – Componente da Defesa da RPC	
	Anexo B – Dados Estatísticos	
	Anexo C – Acordo Bilateral de Defesa Portugal - China	
	Anexo D – A China em Perigo	
	Anexo E – Desigualdades Regionais	
	Anexo F – China Etno linguística	
	Anexo G – Comércio e Investimento	
	Anexo H – Império do Meio Cercado	

I - INTRODUÇÃO

“ La politique à mettre en place en Eurasie doit prendre comme point de départ la reconnaissance absolue de trois conditions sans précédent qui définissent l'état géopolitique actuel des affaires internationales: 1) pour la première fois dans l'histoire, un État unique est devenue une véritable puissance globale ; 2) pour la première fois dans l'histoire, un État non eurasién domine le monde ; 3) pour la première fois dans l'histoire, la scène principale du monde, l'Eurasie, est dominée par une puissance non eurasiennne. ” (Zbigniew Brzezinski).

Pouco mais de uma década após o término da guerra fria ter renunciado uma nova era de paz, temores quanto à segurança estão de volta ao topo da agenda mundial. É palpável uma sensação mais aguda de insegurança, reflectida tanto nos órgãos de comunicação social como em pesquisas de opinião em todo o mundo tendo, sem dúvida, como elemento mais marcante, os ataques terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos. Os ataques subsequentes noutros países, da Espanha ao Quénia, da Arábia Saudita à Rússia e do Paquistão à Indonésia, reforçaram a sensação generalizada de vulnerabilidade e, o caos crescente no Iraque, após a ocupação liderada pela potência global, nutre a inquietação sobre os reflexos num Médio Oriente destabilizado.

Mas o terrorismo é apenas sintomático de um conjunto muito mais amplo de temores que geraram uma nova era de ansiedade. Actos de terror e as consequentes reacções são repercussões de profundas pressões socioeconómicas, ambientais e políticas, forças que conjuntamente, criam um mundo tumultuoso e instável. Dentre elas destacam-se a pobreza endémica, transições económicas convulsivas que causam desigualdades crescentes e alto desemprego, crime internacional, disseminação de armamentos, movimentos populacionais em grande escala, desastres naturais, colapsos de ecossistemas, doenças contagiosas novas e ressurgentes e o incremento de disputas sobre terras e outros recursos naturais, particularmente o petróleo. Estes problemas sem território, entendidos como riscos e vulnerabilidades compartilhadas, deverão agravar-se nos próximos anos, indiferentemente de ameaças tradicionais de algum adversário não podendo ser contidos com o fechar de fronteiras ou manutenção do *status quo* num mundo extremamente desigual.

Num contraste gritante com o equilíbrio bipolar de forças durante a guerra fria, envolvendo arsenais nucleares e ideologias fundamentais concorrentes, os desafios actuais de segurança tendem a ser mais difusos, menos previsíveis e mais multidimensionais dando lugar a receios quanto a conflitos locais e regionais, instabilidade emanada de governos fracos e fracassados e aumento de redes internacionais de crime e terror.

Todavia algumas velhas ameaças ainda persistem como o estancar do processo de desarmamento nuclear e espreita o perigo de armas nucleares e outras altamente letais que se disseminaram entre um número crescente de nações ou caíram em mãos de grupos extremista.

Os desafios que o mundo enfrenta são exacerbados por instituições públicas fracas e corruptas, há falta de recurso à justiça e meios inconstitucionais ou irregulares de mudanças políticas, como golpes de estado e insurreições acentuados por um processo desigual de globalização que reúne nações e comunidades de formas frequentemente imprevisíveis, implicando riscos efectivos para muitos e permitindo que grupos extremistas actuem com maior facilidade do que no passado.

O confronto Leste-Oeste, que obstaculizou o incremento de cooperação, cedeu lugar a uma relação Norte-Sul mais vexatória, marcada por enormes desequilíbrios de meios de vida, riqueza e poder, em que a única superpotência remanescente mantém uma relação cada vez mais inquietante e contenciosa com o resto do mundo. As mudanças estruturais e inovações cruciais necessárias para gerarem uma governação global efectiva – propostas de reforma do Conselho de Segurança da ONU ou criação de um órgão ambiental mais forte na ONU – sucumbiram à paralisia política.

A necessidade de cooperação internacional tornou-se mais forte neste novo século, mesmo após o surgimento de novas cisões e divisões, provocadas em parte pela crise do Iraque, parecendo que o mundo está cada vez mais distante da solução das questões fundamentais que enfrenta, e cada vez mais profundamente imerso numa fase de confronto, violência e disparidades culturais exageradas.

Políticas que prioritariamente buscam segurança por meios militares e não lidam com factores subjacentes de instabilidade, irão provavelmente provocar uma espiral de violência e instabilidade e, possivelmente, causar o colapso de regras e normas internacionais. Políticas derivadas de uma nova consciencialização de segurança global podem evitar esses perigos e promover alternativas construtivas. Uma abordagem firme e abrangente à criação de um mundo mais estável implica medidas destinadas a impedir o declínio ambiental, romper os grilhões da pobreza e reverter a tendência à desigualdade e insegurança social crescentes que geram desespero e extremismo.

É neste cenário que a República Popular da China, que passaremos a designar simplesmente por China, já hoje considerada a potência mais importante na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático, emergiu nas últimas duas décadas dado o seu enorme potencial humano, a sua dimensão e posicionamento geográfico e um crescimento económico que tem excedido todas as expectativas e previsões mais optimistas. Em contrapartida, não deixa de ter no seu interior muitos dos problemas já anteriormente identificados na nova ordem mundial, acrescidos de especificidades muito próprias e com as quais terá de lidar em diversas áreas, por forma a que internamente esse ritmo de crescimento seja devidamente sustentado e equilibrado e, no exterior, não ocasione conflitos de interesses quer a nível regional como a nível global.

Inicialmente, durante o período da *Guerra Fria*, a China foi aliada da URSS, renegou posteriormente essa aliança e procurou criar uma “3^avia”, assumindo-se como líder dos países do terceiro mundo, os não alinhados com qualquer um dos blocos ideológicos. Em 1972 fez uma aproximação ao “imperialismo americano” para, através do diálogo, negociação e boa vontade resolver alguns problemas, nomeadamente o de República de China – Taiwan. A partir de 1978 Deng Xiaoping dá início a um programa de reformas e no início da década de 90, decorrente dos crescentes recursos económicos e da modernização das forças armadas, começa a ganhar poder político e a exercer influência nas suas áreas de interesse.

É precisamente este poder que se demonstra nos mais diversos sectores, acompanhado de uma diplomacia activa e determinada, procurando uma evolução gradual e cautelosa que “inquieta” o mundo em geral, os EUA e os países asiáticos em particular. Mas esta apreensão pode também manifestar-se não pelo receio de alguma tendência hegemónica que a China venha a concretizar mas pela destabilização desta região do globo se, por qualquer motivo, não conseguir controlar internamente um sistema político (comunista) e económico (economia de mercado) teoricamente incompatíveis.

Quando diariamente a China é notícia em todo o mundo, sobretudo por este “fenómeno” de desenvolvimento e pelas implicações que, a médio prazo, poderá trazer ao xadrez das relações internacionais, reflecte a importância deste tema e torna-o bastante actual e aliciante, permitindo “perspectivar alguns desenvolvimentos futuros”.

Assim, definiu-se como questão central: ***“As mudanças operadas na China e o ritmo a que se têm processado, levá-la-ão a atingir na cena internacional o estatuto de superpotência ou correrá riscos de uma desagregação?”***

Decorrente desta interrogação que ilustra duas situações antagónicas, diversas questões terão de ser abordadas e que podem perspectivar alguns cenários para a China num período aproximado de um quarto de século.

Procurando sintetizar o vasto leque de questões derivadas que a matéria encerra, será a milenar história da China e principalmente os acontecimentos dos últimos 150 anos que nos mostrarão o que foram as relações externas ao longo dos cíclicos períodos de pujança imperial contrastando com corrupção interna, invasões, desagregações territoriais e ocupações de potências estrangeiras. ***Será que as desconfianças e ressentimentos guardados pelas humilhações a que o povo chinês foi sujeito se podem hoje considerar factor de receio por parte dessas potências ?***

Adoptando o regime de “*um país dois sistemas*” e, apesar da aparente incompatibilidade na sua aplicação, este sistema trouxe à China um desenvolvimento inquestionável. Os recursos energéticos para esta dinâmica têm limites e os problemas internos, em que assume especial realce um fosso social cada vez maior, levam a questionar: ***“Mesmo com a abertura política dos últimos anos, por quanto tempo e/ou em que condições se conseguirá manter essa convivência dos dois sistemas? Como irá a China resolver as questões internas para manter tais ritmos de crescimento?”***

Apesar da China se conduzir com políticas que procuram não hostilizar qualquer país, não deixa de marcar as suas posições e salvaguardar os seus interesses, espalhados já por todos os continentes, sendo de questionar ***“como irão reagir os países da região face a uma ameaça crescente e, sobretudo, os EUA, única superpotência, cujos interesses poderão entrar em conflito?”***

Após um exemplar processo da entrega de Macau à China e o bom relacionamento que daí adveio, torna-se pertinente identificar ***“que possibilidades favoráveis se poderão abrir a Portugal e das quais possamos vir a usufruir, dentro e fora da União Europeia”.***

A todas estas questões se procura responder ao longo do trabalho, terminando com alguns dos muitos cenários possíveis para o futuro que a China nos reserva nas relações internacionais e do seu posicionamento no mundo

II - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

“...la décadence de la Chine – durant les cent cinquante années d’humiliation qu’elle a subies, - constitue une aberration, une profanation des qualités propres à la Chine, un outrage personnel á chaque Chinois, qui doit être lavé et pour lequel ses auteurs méritent un châtiment. Les responsables de cet outrage étaient, à des degrés différents, au nombre de quatre : la Grande-Bretagne en raison de la guerre de l’opium et de la dégradation honteuse de la Chine qui a suivi ; le Japon, aux instincts prédateurs, à cause des multiples guerres qu’il a provoquées au cours du siècle dernier, infligeant de terribles souffrances au peuple chinois, sans que les Japonais s’en repentissent ; la Russie en raison de ses incursions prolongées en territoire chinois au nord et de l’indifférence tyrannique de Staline à l’égard de l’amour-propre des Chinois ; enfin, les Etats-Unis sont également coupables, car leur présence en Asie et le soutien qu’ils accordent au Japon font obstacle aux aspirations internationales de la Chine. “ (Zbigniew Brzezinski)¹.

A CHINA ATÉ À IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Apêndice 1

A CHINA DURANTE A REPÚBLICA

Mao era oriundo de uma família de camponeses e o seu golpe de génio, foi ganhar o apoio maciço dos agricultores chineses aos seus ideais revolucionários. Oito anos de guerra contra os japoneses tinham ensinado aos comunistas como sobreviver e vencer, mesmo perante adversidades extremas. Foram sempre mais habilidosos e mais inteligentes que os nacionalistas em cada passo da sangrenta guerra civil, que começou em 1946 e terminou em 1 de Outubro de 1949, quando Mao se apresentou com os seus apoiantes às portas da cidade proibida em Pequim e é proclamada a **República Popular da China** (RPC). Chang Kai-CheK fugiu para a ilha formosa com cerca de dois milhões de seguidores e proclama a República da China.

Um dos primeiros actos de Mao foi redistribuir toda a terra e, em 1956, já todas as indústrias tinham sido nacionalizadas. Inicialmente o ocidente apoiou Mao, mas mais tarde a China foi marginalizada por ter auxiliado a Coreia do Norte Comunista a invadir a Coreia do Sul, apoiada pela Nações Unidas, na Guerra da Coreia (1950-1953).

Inicialmente Mao procurou o apoio da União Soviética mas, cada vez mais começava a desenvolver a sua marca idiossincrática de comunismo, lançando campanhas de acção em massa e parecendo exercer um imenso poder de controlo da vontade colectiva do seu povo.

Em 1958-1959, surge o “*Grande Salto em Frente*” destinado a mobilizar o país para proezas sobre-humanas de produtividade agrícola e industrial, contudo, resultou em fome

¹ Le Grand Échiquier, pág 205

generalizada. Foi também nesta altura que entrou em conflito com a União Soviética e, estando internamente a ser muito criticado, em 1966, volta-se para os jovens e iniciou a Revolução Cultural encorajando os Guardas Vermelhos a esquecer o passado e construir uma China nova. Foi o início de mais um período de desgraça e sofrimento para o país e que só terminou em 1976 com a morte do líder.

A mulher de Mao, Jiang Qing, tentou tomar o poder, mas foi detida ao fim de um mês com os restantes membros do chamado “*Bando dos Quatro*”.

Deng Xiaoping, oponente de longa data de Mao, surgiu como o novo líder da China. O seu comunismo pragmático e as reformas económicas para estimular o investimento estrangeiro, conduziram a um período de acalmia e ao gradual fortalecimento da economia. Apesar de algumas aberturas políticas, fruto do mercado parcialmente livre, a China democrática é ainda um sonho um pouco longínquo, bem patente em 1989 na praça de Tiananmen. A China continua a ser um estado autocrático, no qual os pontos de vista dissidentes ainda não são tolerados e os direitos dos povos minoritários são frequentemente violados (Tibete, Xinjiang e Mongólia Interior).

Presentemente, o Presidente da RPC é **HU Jintao** (desde 15 Março de 2003) e o Vice Presidente **ZENG Qinghong** (desde 15 Março de 2003)

Chefe do governo é **WEN Jiabao** (desde 16 Março de 2003) e o vice primeiro ministro é HUANG Ju (desde 17 Março de 2003).

São de salientar alguns aspectos que demonstram a evolução da China nos últimos anos:

- 2005 - Inaugurado um parque Disney e já está outro em projecto
- Out 2005 - Terminou a 2ª missão tripulada a no espaço, inteiramente lançada pela China;
- Out 2005 – Finalizada a linha férrea de maior altitude;
- Out 2005 – Inaugurado hotel de luxo próximo de Pequim, réplica de palácio Francês;
- 2008 – Os Jogos Olímpicos serão realizados em Pequim;
- 2010 – A Exposição Universal será realizada em Xangai.

SINTESE CONCLUSIVA

Durante a maior parte dos últimos 2000 anos, a China manteve-se no apogeu da tecnologia e do rendimento mundiais. De facto, era de tal modo poderosa que ficou a ser conhecida por “Império do Meio”, o centro à volta do qual tudo se desenvolvia. No entanto, nos últimos dois séculos, a China revelou uma posição enfraquecida no estrangeiro, passou por um processo interno de fragmentação e o povo tem vivido situações de indescritível pobreza.

Em todo este percurso, independentemente da dimensão do território, existem algumas constantes que ciclicamente parecem verificar-se:

- Períodos de decadência cíclicos, que tiveram quase sempre na sua génese o aumento de corrupção no poder instituído e em toda a estrutura governativa com o abandono de uma classe muito numerosa e pobre, especialmente a população agrícola.
- Não estão bem expressas tendências hegemónicas ou colonialistas, mesmo a nível regional, nem quando dispõem de capacidade para o fazer. Os casos existentes de anexação de territórios ocorreram normalmente em espaços contíguos à China e tiveram normalmente a ver com receios de invasões de tribos/reinos vizinhos, ou para reposição de fronteiras.
- Os problemas religiosos não foram motivo para qualquer conflito interno, permanecendo até hoje alguns focos específicos com algum significado – Tibetanos e muçulmanos do Xinjiang.
- A população chinesa, mantendo a sua ideologia e características étnicas, sempre recebeu e integrou com facilidade os diversos povos que os invadiram e/ou que eles próprios tenham absorvido, por alargamento das suas fronteiras.
- Sempre que houve desagregação interna verificou-se o aproveitamento por parte de reinos/estados vizinhos e, mais recentemente por países colonizadores (Holanda, Inglaterra, Portugal, Japão).
- Quando a China se abriu a relações externas, houve da parte desses “estrangeiros” um aproveitamento/abuso crescente que acabou por levar a reacções internas violentas que desencadearam, por sua vez, intervenções externas violentas contra a China
- A China só teve períodos de grande prosperidade e desenvolvimento quando governada por uma liderança autocrática, tendo sofrido grandes convulsões sempre que o seu poder enfraqueceu. Apesar de possuir alguns contornos diferentes, a excepção terá sido o primeiro período da república, enquanto Mao-Tse-Dung foi o timoneiro.

III – CARACTERIZAÇÃO DOS FACTORES GEOPOLÍTICOS/GEOESTRATÉGICOS

“No novo mundo, os conflitos não terão essencialmente como origem a ideologia ou a economia. As grandes causas da divisão da humanidade e as principais fontes de conflitos serão culturais (...) . O choque das civilizações dominará a política mundial.”
(Samuel P. Huntington -1993)

FACTORES

A RPC é o terceiro país do mundo em extensão territorial, com uma área total de 9.596.960² km², situando-se na parte oriental do continente asiático. Tem uma configuração longitudinal com fronteiras a Norte com a Mongólia e Rússia; a Oeste com o Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Afeganistão e Paquistão; a Sul, com a Índia, Nepal, Butão, Myanmar, Laos, Vietname e mar da China Meridional; a Este pela Rússia, Coreia do Norte e pelos mares Amarelo e da China Oriental. As suas fronteiras terrestres têm uma extensão de 30.000 km e as marítimas cerca de 18.000 km.

A orografia da China é bastante diversificada, devido ao relevo e à extensão que possui. As montanhas ocupam cerca de dois terços do território. O relevo é formado por uma série de degraus que descem suavemente de Oeste para Este. A ocidente, predominam os sistemas montanhosos, os planaltos e as depressões desérticas. Esta zona ocupa cerca de um quarto do território chinês, inclui as montanhas do Himalaia e o planalto do Tibete. A Norte do Tibete encontra-se uma vasta região constituída por elevadas cadeias montanhosas que encerram no seu interior depressões desérticas. A zona oriental do país, essencialmente constituída por vales, apresenta um relevo pouco acidentado, salientando-se as extensas planícies fluviais formadas pelos principais rios, que correm de Oeste para Este, em direcção ao Pacífico.

Estas regiões mais baixas são as mais férteis e consequentemente ideais para a agricultura mas, em simultâneo, também são as que melhores acessos dão aos portos e onde se têm desenvolvido as grandes indústrias.

A China possui uma extensa rede fluvial, agrupada em dois grandes sistemas hidrográficos que reflectem as características da topografia do território: o ocidental e o oriental. No sector ocidental os rios recolhem as águas do degelo e secam ao atingirem as zonas baixas e áridas, dando origem a lagos salgados. Entre todos distingue-se o rio Tarim He com cerca de 1800 km.

² L'Année Stratégique 2006

No sector oriental encontram-se alguns dos maiores rios do mundo, destacando-se o rio Huang He ou rio Amarelo, com cerca de 5500 km de extensão e o rio Yangtsé-kiang ou rio Azul, com cerca de 6300 km, que se caracterizam por um aumento significativo dos seus caudais durante o Verão.

Para além da dimensão destes rios que torna a China um país auto suficiente de recursos hídricos, tem a grande vantagem de quase todos eles terem as nascentes no interior das suas fronteiras. Contrariamente, alguns dos países vizinhos estão dependentes de rios que têm as nascentes na RPC, como o Indus, o Bramaputro e o Mékong.

A maior parte do território chinês tem um clima continental. Contudo, verifica-se um acentuado contraste de temperaturas, entre o Norte e o Sul do país, especialmente no Inverno. No Norte, prevalecem condições desérticas e semidesérticas, com temperaturas que podem descer abaixo dos 30° C negativos no inverno e subir acima dos 30°C no verão. No Nordeste os verões são quentes e secos sendo nesta área que se registam temperaturas de 47°C, o que faz desta região o local mais quente da China. A região Sul/Sudeste é quente e húmida, existindo algumas zonas onde o clima predominante é o tropical de monções.

As maiores regiões florestais da China ficam na região Norte, junto à fronteira com a Rússia, enquanto o Sul alberga a maior diversidade da flora do país, incluindo florestas húmidas. A China ocidental apresenta uma vegetação mais pobre e quase desprovida de árvores. A floresta temperada do centro é muito mais rica em variedade de espécies do que as europeias à mesma latitude.

Em matéria de recursos energéticos a China tem no seu território reservas muito significativas de petróleo, carvão e gás natural, não deixando no entanto de procurar no exterior (incluindo o continente Africano e Sul Americano) para poder alimentar a máquina industrial, motor da sua economia. Para tal, está também a desenvolver outras energias alternativas como a eólica, solar, de marés, geotérmica e nuclear, para além da construção de barragens entre as quais figurará em breve a maior barragem do mundo.

A China é o país mais populoso do mundo, tendo atingido de acordo com estimativas oficiais 1.288,4 milhões de habitantes em 2004³. Com uma média de cerca de 134 habitantes por km², a RPC apresenta uma das mais elevadas densidades populacionais do mundo, embora existam grandes diferenças entre as suas regiões. No período de 1990 a 2000, a população cresceu a uma taxa média de 1,1%, tendo aumentado de 0,5% no último ano deste período. Segundo a ONU, a população da RPC deverá atingir cerca de 1513 milhões de habitantes no ano

³ L'Année Stratégique 2006

de 2025. A acentuada redução observada nas duas últimas décadas reflectiu a política de “*uma criança por família*” introduzida em 1980, com o objectivo de controlar o aumento populacional.

A China é um Estado multiétnico unitário. São reconhecidas oficialmente 56 etnias, representando a etnia Han 93% da população. As restantes 55 etnias, representando cerca de 110 milhões de pessoas, encontram-se dispersas pelo interior e Oeste do país, as zonas menos povoadas e desenvolvidas. Actualmente, as minorias étnicas apresentam um crescimento demográfico superior ao da etnia dominante, provavelmente relacionado com o facto dessas minorias estarem isentas da política de “*uma criança por família*”. Face às tendências nacionalistas que algumas destas etnias apresentam, assumindo-se os tibetanos e os turcófonos de Xinjiang como os movimentos independentistas mais relevantes, os chineses têm adoptado políticas que vão desde a persuasão e a repressão, ao fomento da migração dos Han para essas regiões e o fraccionamento das minorias.

De acordo com Henry Kissinger “*..., a China é um aglomerado de línguas diferentes unidas por uma escrita comum, uma cultura comum e uma história comum*”. O mandarim é a língua oficial, um dialecto do Norte da China. No entanto, existem uma infinidade de dialectos, que diferenciam a fala de região para região, o que leva a que entre algumas não se compreendam verbalmente. Contudo, a escrita é comum, o que lhes permite comunicar facilmente.

Oficialmente a China é um estado ateu, proliferando, no entanto, uma variedade enorme de religiões e filosofias. Entre estas, destacam-se o confucionismo, o taoísmo, o budismo, o islamismo, o cristianismo e o protestantismo. O cristianismo e o protestantismo são as religiões com menor número de aderentes, respectivamente, 4 e 13 milhões. O islamismo conta com cerca de 20 milhões de praticantes, essencialmente na província de Xinjiang. O budismo, importado da Índia, é um dos raros exemplos de influência externa com sucesso na China, onde o número de aderentes é bastante elevado. É no taoísmo e no confucionismo que praticamente assenta o essencial da vida espiritual e filosófica dos chineses, pois enquanto o taoísmo influencia a conduta pessoal, o confucionismo aplica-se à política e à ética.

Por princípio, os chineses consideram chinês todo aquele que partilhe da sua cultura e das normas de conduta confucianas. Samuel Huntington⁴, no seu livro *O Choque das Civilizações*, afirma: “*O governo considera a China continental o país-núcleo de uma civilização chinesa em relação ao qual todas as outras comunidades chinesas devem orientar-se. Para o governo chinês, os descendentes de chineses, ainda que cidadãos de qualquer outro país, são membros da comunidade chinesa e, assim, em certa medida, sujeitos à autoridade do governo chinês*”.

⁴ Samuel Huntington, *O Choque das Civilizações*, pp197

A divisão do mundo por civilizações⁵, segundo o mesmo autor, demarca a civilização *Confucionista*, praticamente como o espaço que Brzezinski⁶ considerou “*a grande China como potência regional dominante*”. Esta civilização está assim delimitada pelas civilizações Eslava-Ortodoxa, Hindu, Japonesa e Islâmica, tendo cada uma delas como núcleo central, à excepção da última, uma das grande potências da região, Rússia, Índia e Japão. Se a teoria de Huntington pode ser questionada pelos actuais conflitos, provavelmente deverá ser tida em conta nos limites desta civilização confucionista em que os locais de tensão interestados e levantamentos separatistas, parecem coincidir efectivamente com os contenciosos de maior significado com a China. Da mesma forma, a teoria não identifica grandes atritos com a civilização Eslava – Ortodoxa, a Rússia, país com o qual tem havido uma maior aproximação por parte da China, apesar de historicamente não ser uma relação estável.

Actualmente, a diáspora chinesa com mais de 55 milhões de residentes no estrangeiro, é um dos elementos fundamentais no desenvolvimento económico da China e no fornecimento de tecnologia e do conhecimento. Encontra-se espalhada por todo Mundo, mas com grandes comunidades nos EUA, no Canadá, na Austrália, na Tailândia, no Vietname, na Malásia, na Indonésia, em Singapura e nas Filipinas. As diásporas chinesas são muito unidas e, por princípio, mantêm os valores e cultura de origem, através duma vivência em comunidade. Salientem-se algumas rejeições a estas comunidades, ultimamente verificadas em países como a Indonésia, Tailândia e Malásia em que os chineses controlam uma grande percentagem dessas economias.

Presentemente mais de 80% da população vive na parte oriental do país, essencialmente no Nordeste, nas zonas costeiras e junto aos leitos dos grandes rios. Ultimamente, tem-se verificado um grande movimento migratório para os centros urbanos. Em 2005, a população urbana correspondia a cerca de 39% da população total, enquanto que em 1980 era de 19% e em 1990 era de 26%. Estes fluxos migratórios, à procura de melhores condições de vida, têm provocado nesses grandes centros problemas imensos de desemprego, marginalidade, mendicidade e focos de doença. Por outro lado, as regiões mais interiores começam a ter populações pequenas e de idosos, que ainda agrava mais o próprio problema da agricultura. Actualmente, existem mais de setenta milhões de trabalhadores rurais desempregados, prevendo, o governo, que o seu número possa ainda aumentar a breve trecho. Se associarmos a tal facto de, anualmente, cerca de 1,1

⁵ “Civilização é a forma mais elevada de agrupamento pela cultura e o factor de identidade cultural mais amplo que caracterizam o género humano, independentemente daquilo que o distingue das outras espécies. Ela define-se por elementos objectivos comuns como a língua, a história, a religião, os costumes e as instituições, e pelo processo subjectivo de identificação daqueles que os partilham”.

⁶ Le Grand Échiquier – pág 216

milhões de hectares de terra arável serem convertidos em áreas industriais ou habitacionais, chegamos à conclusão de que o futuro agrícola chinês não será brilhante.

Como exemplo desta realidade, basta verificar que a China passou em pouco mais de uma década de maior produtor de arroz para segundo maior importador, logo atrás do Japão.

A agricultura é, assim, tanto a oportunidade da China como o seu ponto fraco, o que pode ser determinante para a evolução do país, atendendo a que representa cerca de 28% a 30% do PIB e emprega 70% da população. A decadência desse sector actuará inevitavelmente, como um travão na economia.

Face à grande dimensão da China, para o desenvolvimento da sua economia, são essenciais as infra-estruturas de transportes e comunicações. Nas últimas duas décadas, a China tem feito um enorme esforço na modernização e expansão destas, continuando, apesar disto, a constituir um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do país.

A rede ferroviária é a base do sistema de transportes. Hoje, todas as províncias e regiões do país estão ligadas ao sistema de caminhos de ferro nacional. A rede rodoviária cresceu bastante apesar de neste aumento, esse crescimento ter sido muito inferior ao verificado no volume do tráfego automóvel. A rede fluvial tem uma extensão de 138.600Km, dos quais apenas cerca de 109.500 km são navegáveis.

Relativamente ao transporte marítimo, a China dispõe de uma frota de mais de 3000 navios, desenvolvendo uma acentuada actividade de cabotagem. Dos 5 maiores portos mundiais, 3 situam-se na costa chinesa e é através do tráfego marítimo que escoia quase toda a sua produção.

A aviação civil encontra-se em franca expansão existindo cerca de 30 empresas de aviação civil.

O sector das telecomunicações encontra-se em grande expansão e a renovação das suas infra-estruturas constitui uma prioridade no processo de modernização em curso. O sector das telecomunicações através da Internet tem apresentado um crescimento assinalável nos últimos anos. O número de chineses ligados à Internet era de 11,6 milhões no início de 2001 mas, este meio de informação, ainda se encontra bastante controlado pelo estado.

COMPONENTE MILITAR

Anexo A

COMPONENTE INSTITUCIONAL

A China é uma República Popular desde 1 de Outubro de 1949. A actual Constituição, a quarta desde a instauração da República, foi promulgada a 4 de Dezembro de 1982 e,

posteriormente, alterada em 1993. Refira-se que o preâmbulo da actual Constituição declara que Taiwan é parte integrante da RPC. De acordo com a Constituição, a China é caracterizada por uma ditadura popular socialista, liderada pela classe trabalhadora.

O poder assenta em três pilares fundamentais, o *Estado* e respectivas estruturas funcionais, o *Partido Comunista* e o *Exército Popular de Libertação*, força polarizadora da ordem interna do Estado chinês e garante da ordem e segurança interna.

Todo o poder se encontra concentrado nas mãos de uma única pessoa, o Presidente da República, que é, também, o Secretário Geral do Partido Comunista, o qual conta com mais de 60 milhões de filiados.

O poder legislativo pertence ao Congresso Nacional Popular (CNP). O poder executivo é detido pelo Conselho de Estado, encabeçado pelo Primeiro Ministro, eleito pelo CNP para um mandato de cinco anos, coincidente com o do Congresso. A Constituição permite a nomeação de vários Vice-Primeiro-Ministros, um Secretário Geral e um número não especificado de conselheiros de estado e de ministros. O órgão máximo do poder judicial é o Supremo Tribunal do Povo, sendo o respectivo Presidente eleito pelo CNP por um período de 5 anos, coincidente com o mandato deste. Em termos políticos, a China é um Estado de partido único, dominado pelo PCC.

A RPC está dividida em 22 províncias, 4 municípios e 5 regiões autónomas, com igual estatuto e dependendo hierarquicamente do Conselho de Estado. Para além destas divisões, estão também integradas na soberania chinesa duas Regiões Administrativas Especiais: Hong Kong (desde Julho de 1997) e Macau (desde Dezembro de 1999).

O poder que estas regiões têm vindo a ganhar, especialmente aquelas em que o desenvolvimento industrial e comercial é mais significativo, começa a gerar algumas tensões internas com o próprio governo que mostra sinais de não as conseguir controlar⁷. Dentro das próprias regiões têm-se desenvolvido também alguns “poderes privados” baseados em economias paralelas de contornos mal esclarecidos, em corrupção e em redes de tráfico de influências. “A China, esse vasto país de imensos recursos, está a precipitar-se para uma espiral de centralismo local e do desenvolvimento regional, a despeito das leis e regulamentos nacionais, e a cair no turbilhão da utilização dos recursos naturais e sociais, para servir interesses pontuais e imediatos”⁸(Yazhou Zhoukan – Hong Kong).

⁷ COURRIER Internacional nº 30 de 28 Outubro de 2005

⁸ Ibidem

ECONOMIA

Quando, em 1978, Deng Xiaoping assumiu a liderança, as primeiras medidas tomadas foram a adaptação do sistema de gestão económica, o qual deveria centralizar a economia planificada e o abandono da política de isolamento, para aproximar a Nação da economia mundial, tendo para tal sido realizadas várias reformas e opções de abertura.

As reformas foram feitas dentro dos seguintes trâmites:

- *em matéria de propriedade dos meios de produção;*
- *no sistema de gestão económica;*
- *na descentralização das unidades de produção;*
- *na liberdade parcial dos preços.*

No que concerne à abertura esta foi realizada através:

- *da reforma dos regimes de câmbio e de trocas;*
- *do estabelecimento de um quadro jurídico e institucional para os investimentos directos estrangeiros*
- *da criação de zonas económicas especiais, as quais foram estabelecidas nas cidades portuárias do Sul da China, pretendendo-se com elas criar e alargar as relações económicas com o exterior, de molde a atrair a entrada de divisas estrangeiras e atécnica e métodos de gestão e administração do Ocidente.*

Para além de tais opções, tipicamente “ocidentais”, foram preconizadas, igualmente, algumas opções e projectos de modernização. Assim surgiu o denominado programa das quatro modernizações: Agricultura, Indústria, Ciência e Forças Armadas.

Todas estas modificações geraram alterações internas e externas da China:

- *Internamente, as mudanças repercutiram-se na atitude das pessoas, níveis de consumo, nos graus de expectativa e de exigência, sendo que a constatação da não existência de um desenvolvimento unitário e a diferença de riqueza entre regiões poderá vir a ser motivo de tensões regionais, ou mesmo de dissidência autónoma ou separatista da parte de algumas delas.*
- *Externamente, o sucesso da mudança económica na China poderá vir a alterar a situação do Pacífico e do próprio mundo⁹.*

⁹ **WILENSKY**, Alfredo Héctor; Rui Januário e Luís da costa Diogo – Geopolítica e Relações Internacionais – Quid Júris, Lisboa, 2005

Este desenvolvimento de uma China inserida na Comunidade Internacional e consumista não deixará de originar diversos problemas no impacto ambiental, na alcalinização dos solos e na desregulamentação do desenvolvimento industrial.

SINTESE CONCLUSIVA

A China dispõe de um enorme potencial humano que implantado num território com enormes recursos naturais a tornam autosuficiente e com grandes capacidade de desenvolvimento e potencialidades para vir a ser uma grande potência. A história recente mostra que, apesar disso, o regime político que guiou os destinos do país até 1978 o levou a uma situação de pobreza e subdesenvolvimento. As alterações então introduzidas colocam o mesmo regime comunista em comunhão com uma economia competitiva e consumista onde uma pequena parte da população já entrou e a grande maioria aspira pertencer

Para acompanhar estes ritmos de crescimento, o governo vai ter de fazer controladamente mais concessões e, em simultâneo, acorrer a um conjunto de problemas internos que, a manterem-se poderão trazer graves problemas.

Os factores de poder que se podem alancar são sem dúvida a demografia, a maioria étnica dominante, uma unidade civilizacional, um conjunto imenso de recursos, uma unidade e vontade nacional, (incluindo a diáspora chinesa), a posição de charneira no continente asiático, a grande costa marítima e as boas condições portuárias, umas forças armadas de grande dimensão, (apesar de fundamental o processo de modernização), a capacidade nuclear e as políticas implementadas nos últimos anos. Todos estes factores acabam por contribuir para aquele que tem sido o mais visível neste desenvolvimento da China – a economia – que por sua vez vai dar sustentação a todos eles.

Se até hoje esta convivência e equilíbrio de uma doutrina comunista com a economia de mercado foi possível de manter, e resultou neste extraordinário desenvolvimento, problemas e fragilidades têm surgido internamente que levarão certamente os responsáveis chineses a repensar e redefinir os seus objectivos.

Assim, as disparidades entre regiões (costeiras e interiores), o fosso social entre uma sociedade muito rica (surgida nos último anos) e uma pobreza imensa e o desmoronar da agricultura são, talvez, as maiores vulnerabilidades da RPC. Para além destes aspectos podemos identificar também a poluição, o êxodo rural, o crescimento imobiliário e concentração de população em centros urbanos, a saúde e cuidados médicos deficientes ou mesmo inexistentes, os conflitos étnicos, o desemprego e mendicidade, a corrupção, as epidemias, a dependência energética (a médio/longo prazo)

IV – RELAÇÕES NA ÁSIA - PACÍFICO

“L’Eurasie reste l’échiquier sur lequel se déroule la lutte pour la primauté mondiale. Pour y participer, il est nécessaire de se doter d’une ligne géostratégique, c’est-à-dire de définir une gestion stratégique de ses intérêts géopolitiques.” (Zbigniew Brzezinski).

Um dos maiores problemas com que a China se vai defrontar neste século, não resulta exclusivamente da abertura política mas da sua futura orientação em confronto e contacto com a realidade internacional e com os seus actores.

Importa destacar que nesta região da Ásia – Pacífico estão concentrados os maiores países do mundo excepto o Brasil (Rússia, Canadá, China, Estados Unidos, Austrália e Índia), os mais populosos (China, Índia, Estados Unidos, Indonésia e Rússia), alguns dos mais desenvolvidos económica e tecnologicamente (Estados Unidos, Japão, China, Canadá e Austrália) e os de maior potencial estratégico (Estados Unidos, Rússia, China e Índia).

Estes Estados, com modelos complexos e diferentes, são banhados pelo maior dos oceanos, o Pacífico, que ocupa cerca de 46% da superfície líquida e encontram-se quase todos economicamente com um exponencial crescimento e um vertiginoso peso demográfico.

O fim da dupla Guerra Fria - entre as duas superpotências internacionais e entre as duas potências comunistas - removeu as circunstâncias internacionais que reduziram a autonomia e determinaram a fragmentação da Ásia – Pacífico, tornando possível a recomposição da intrincada segurança regional e o estabelecimento de uma identidade própria nas relações internacionais.

“O papel principal para a recomposição desse complexo de segurança regional está reservado às grandes potências do Noroeste da Bacia do Pacífico, China e Japão e aos EUA. As relações bilaterais que os envolvem são determinantes para as políticas regionais e é por isso, aliás, que alguns autores prevêem que os destinos, não só da região Ásia - Pacífico, mas também do mundo passarão, em grande medida, pelo triângulo estratégico EUA - Japão - China”¹⁰.

Quanto à Rússia “pode até ser capaz de poder reclamar, no futuro, um estatuto semelhante, mas há alguns anos que Moscovo parece não ter capacidades políticas, económicas e militares

¹⁰ Dr. Luís José Rodrigues Leitão Tomé, A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da bacia do Pacífico, pp 267

para ser reconhecidamente uma potência do Pacífico”¹¹.

Os outros actores directamente intervenientes no complexo de segurança do Noroeste da Bacia do Pacífico (ou Nordeste Asiático) são o Norte e o Sul da península Coreana e Taiwan. Tal como a Rússia, não são potências insignificantes que possam ser ignoradas: eventuais conflitos na região podem passar por Taipé ou pelas capitais coreanas. Além disso, as economias da Coreia do Sul e Taiwan tornam-nas importantes parceiros para as três grandes potências”¹².

“Em 1987, a Ásia tinha um melhor nível de vida do que em 1947, o Japão tornou-se a terceira maior potência industrial no mundo, a China renasceu depois de décadas de guerra e países como a Malásia, Taiwan, Singapura e as Coreias desenvolveram economias fortes”¹³.

A nível internacional, velhos inimigos iniciaram esforços para formar organizações regionais, sendo a mais bem sucedida a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

A oeste da China, os três novos estados provenientes da desagregação da Rússia e o Paquistão podem ser em simultâneo regiões consideradas tampão à actual instabilidade do Médio Oriente e como factor de desestabilização, especificamente através da fronteira na província chinesa de Xinjiang.

A sudoeste a Índia, potência emergente cuja população ultrapassará a chinesa muito em breve e que no quadro regional irá certamente constituir-se como um rival em todos os domínios tem alguns contenciosos fronteiriços com a China envolvendo também o Paquistão.

Desde a sua fundação, em 1949, a República Popular da China pautou a sua política externa por um grande rigor e alguma prudência. Desde o final dos anos noventa, e mais recentemente desde 2000, a China assume-se como a grande potência económica e comercial do início do século movendo-se com sabedoria e alguma firmeza, ao nível estratégico-económico e da projecção do seu poder tecnológico e militar.

O governo de Pequim definiu os seguintes objectivos políticos:

- Manter a integridade territorial, defendendo a soberania do território chinês de qualquer agressão externa e mantendo a unidade interna;
- Recuperar os territórios a que diz ter direito ou que fazem parte da sua soberania, como é (além de Macau e Hong-Kong, já agrupados em território chinês, ainda que sob estatutos autónomos especiais) o caso das ilhas Taiwan e das ilhas do Mar da China Meridional;

¹¹ Ibidem

¹² Dr. Luís José Rodrigues Leitão Tomé, A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da bacia do Pacífico, pp 268

¹³ AAVV, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Atlas Histórico, pp 278

- Incrementar a influência regional, desenvolvendo a política de emigração e opondo-se ao surgimento de forças ameaçadoras na zona;
- Potenciar o estatuto global da China.

Como já abordado anteriormente, apesar da China não ter revelado significativos comportamentos expansionistas, o reacender de alguns contenciosos de soberania no Sul do Mar da China e sobretudo a questão não resolvida de Taiwan, quando o seu poderio tecnológico e militar está em franca expansão, começam a inquietar a comunidade internacional, especialmente os países vizinhos. É neste contexto que serão analisadas as relações bilaterais e multilaterais da China com os principais actores da Ásia - Pacífico.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

“A atitude dos EUA face à RPC tem sido caracterizada por oscilações entre uma estratégia de *contenção* e uma estratégia de *envolvimento*”.¹⁴

Durante a Guerra Fria, a aproximação de Washington a Pequim, na sequência dos acordos de defesa assinados com o Japão¹⁵, teve como objectivo conter a actuação global da URSS, acabando por evoluir no sentido de se transformar numa cintura de segurança e de contenção da RPC como uma potência regional em grande ascensão e tendencialmente com projecção global.

O rápido crescimento da sua economia, sobretudo após a entrada no sistema económico mundial e o aumento do poderio militar e do protagonismo que a RPC adquiriu na região da Ásia – Pacífico, levaram a que os EUA repensassem o relacionamento com a RPC introduzindo alterações substanciais nas suas orientações políticas.

Paralelamente a esta “*contenção*”, os EUA reconhecem que a RPC tem um papel central e muito importante na segurança, na defesa e na economia daquela região o que os levou a evoluir da sua estratégia anterior para um conceito de “*envolvimento controlado*”, salvaguardando a vigilância do seu eventual protagonismo.

Assim, os EUA têm reforçado significativamente os laços comerciais com a RPC mas, em simultâneo, reforçam o tratado de segurança com o Japão e continuam a prestar apoio político,

¹⁴ Heitor Barras Romana – RPC a sede do poder estratégico.

¹⁵ Acordo assinado em Setembro de 1951 – O “*San Francisco System*” - alargando-se posteriormente com a assinatura de diversos acordos bilaterais com a Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia.

económico e militar a Taiwan, mesmo com o reconhecimento de uma só China,¹⁶ atendendo ao papel que estes dois territórios representam como vectores fundamentais para a estratégia de segurança da região Ásia – Pacífico.

Para esta região os EUA têm como principais linhas de força¹⁷ a segurança, a prosperidade e a liberdade (democracia), tendo por finalidade:

- Manter uma forte capacidade de intervenção militar e, em simultâneo, promover medidas de cooperação na segurança regional;
- Promover a abertura e dar impulso ao crescimento da economia global;
- Promover os princípios da democracia e da defesa dos direitos humanos.

Para além destes aspectos há ainda a salientar outros factores que determinam e condicionam as relações sino-americanas como as ideologias, o sistema político, a cultura, o nível de desenvolvimento económico e as prioridades nacionais.

Apesar de reconhecer os EUA como única superpotência, a RPC considera este país o seu principal adversário e maior obstáculo ao papel a que sente ter direito na região Ásia –Pacífico bem como na restante comunidade internacional, acusando-o de ingerência excessiva nos assuntos da região, principalmente nos do seu foro interno, especialmente quando o assunto é Taiwan e até mesmo o Tibete.

“O objectivo estratégico dos EUA é obter a hegemonia sobre todo o mundo e não tolerariam o aparecimento de uma grande potência nos continentes europeu e asiático, porquanto aquela poderia constituir uma ameaça para a sua posição de leader” (Song Yimin)¹⁸.

“A China considera então os Estados Unidos como o principal obstáculo à sua procura de uma preeminência mundial, mas igualmente à afirmação da sua predominância global. Nestas condições, a colisão entre a China e os Estados Unidos será inevitável?”¹⁹

A RPC tem orientado a sua actuação política face aos EUA no sentido de evitar dar pretextos a qualquer envolvimento militar na região balizando a sua postura por criar confiança nos meios políticos, económicos e na opinião pública dos EUA, não dar argumentos para uma intervenção militar, apostar na cooperação e resistir à confrontação.

Esta orientação visa fazer face ao que especialistas chineses consideram ser uma estratégia de contenção por parte dos EUA e assenta nas seguintes objectivos:

¹⁶ « Comunicado de Xangai » de 1972 e no « Taiwan Relations Act » de 1979

¹⁷ Heitor Barras Romana – RPC a sede do poder estratégico.

¹⁸ International Studies (Institut d'études internationales de Chine, Pékin) – descrição em «Le Gand Échiquier » pag 218.

¹⁹ Le Gand Échiquier - Zbigniew Brzezinski – pag 198

- “Manter uma forte presença militar na Ásia, visando prevenir a emergência de uma China hegemónica;
- Reforçar a aliança com o Japão, numa lógica de cooperação na área de segurança, contribuindo para conter a China;
- Normalizar as relações com os Estados vizinhos da China que tenham relações tensas com Pequim;
- Interferir com as questões relacionadas com a disputa das ilhas Spratley;
- Manter e alargar a influência sobre Taiwan considerado como o “porta aviões insubmersível”;
- Enfraquecer a China quanto à questão do Tibete;
- Explorar a problemática dos direitos humanos, visando destacar a liderança chinesa junta da opinião pública internacional;
- Pressionar a China a aceitar um sistema internacional configurado pelos interesses dos EUA”²⁰

Entretanto, apesar de todos estes aspectos, Pequim reconhece a importância da cooperação económica entre os dois países para o seu próprio desenvolvimento interno e da sua presença militar na região como garante da segurança e estabilidade, mais não seja porque serve de travão a um expansionismo nipónico. A China enfrenta vizinhos militarmente significativos, como a Índia, o Vietname, o Japão, a Rússia e as duas Coreias, cada um dos quais seria difícil de vencer individualmente e lhe impõem que diplomaticamente, no mínimo, não ameace todos os seus vizinhos simultaneamente.

A política externa da China é paciente e de longo alcance. É muito provável que, visto de Pequim, o desafio geopolítico não seja a conquista de países vizinhos, mas apenas a necessidade de evitar que um conjunto deles se volte contra si. Ainda menos provável será que os dirigentes chineses pretendam provocar os Estados Unidos, o país mais distante e aquele que historicamente nunca ameaçou a unidade da China nem a sua integridade. Por outro lado, a enorme aposta que a China fez no sistema económico internacional, em que os EUA são o investidor e cliente de maior dimensão, leva a que haja um interesse mútuo e uma forte motivação para não pôr em causa o *status quo* em toda a região da Ásia Pacífico.

“Os EUA desempenham assim um papel de opção geopolítica para a China – até como potencial rede de protecção, - mais do que adversário inato. Visto do seu todo – e apesar de alguns altos e baixos, na sua maioria devidos a Taiwan – este tem sido, de facto, o motor da

²⁰ Heitor Barras Romana – RPC a sede do poder estratégico.

política chinesa.

Claro que à medida que a China desenvolve aquilo a que chama a sua força nacional abrangente , o seu poderio militar ir-se-á tornando um desafio mais significativo. Contudo, tanto quanto é possível prever as próximas décadas, os EUA dispõem de vantagens diplomáticas, económicas e militares que lhe permitem encarar o futuro sem terem de recorrer a um confronto preemptivo com a China.”²¹

A tónica das relações sino-americanas, tenderão então a transformar-se num conjunto de acções variáveis, marcadas por envolvimento de compressão e de elasticidade, determinados pelas reacções de cada um e em que ambos procuram vantagens.

JAPÃO

A emergência da China é vista pelos Japoneses essencialmente nos domínios económico, político e militar. Apesar de considerarem a postura da China como pacífica, em simultâneo vêem-na como potencialmente instável, pelas atitudes belicistas de demonstração de força e intimidação na década de 90 contra Taiwan. Esta leitura, configura a nível da classe dirigente chinesa uma propensão para uma estratégia de pressão militar sempre que os seus interesses ou disputas territoriais estiverem em causa.

No campo militar, torna-se preocupação para o Japão o grande investimento anual da China nas forças armadas (aumento de 14% para 2006), especificamente na sua modernização e com especial prioridade para as forças navais e aéreas e um contínuo desenvolvimento de mísseis balísticos. Refira-se no entanto que as forças armadas nipónicas, de muito menor dimensão, estão bastante mais bem equipadas e armadas continuando a fazer avultados investimentos na sua modernização (em 2005, cerca de 45.100 milhões de dólares, cerca do dobro da RPC)²².

Por seu lado a China teme a possibilidade do Japão aumentar a sua capacidade estratégica, o que poderá vir a acontecer em razão inversa à protecção que lhe é prestada pelos EUA e que terá tendência a diminuir.

Pequim sabe que os nipónicos se opõem à integração de Taiwan na RPC, sendo por isso o Japão visto como mais um obstáculo à concretização da “Grande Pátria Chinesa”.

Contrariamente ao que se passa nas relações políticas que se podem considerar bastante “frias” as económicas são, pelo contrário, bastante “quentes” pelo receio do crescimento desmesurado da economia chinesa e os aspectos competitivos daí decorrentes. Estamos em

²¹ Henry Kissinger – “Precisará a América de uma política externa?” (pág 137)

²² L’Année Stratégique 2006

presença da segunda e da sexta economias mundiais, com a China próximo de ultrapassar já em 2006 a França e o Reino Unido tornando-se a quarta potência económica mundial²³. Apesar disto, existe ainda um grande diferencial para a segunda economia mundial - o Japão - cujo PIB é três vezes superior e o PIB/hab²⁴ é trinta vezes superior o que, à partida, cria um enorme fosso na qualidade de vida, certamente ambicionada pela população da RPC.

Presentemente as relações comerciais sino-nipónicas têm vindo a crescer a favor do Japão que tem aumentado anualmente a abertura de agências de empresas na China, enquanto que as exportações já ultrapassaram as que efectua anualmente para os EUA.

Entre Pequim e Tóquio existem entretanto alguns factores condicionadores das relações bilaterais como a questão de Taiwan, o tratado de segurança sino-americano, a disputa das ilhas Serikako/Diaoyurai ocupadas pelo Japão desde 1895, a modernização das forças armadas de ambos e um sentimento anti-chinês da população japonesa.

COREIA DO NORTE - COREIA DO SUL

No início deste século, é ainda excepcional o destino da península coreana, herança de um passado de Guerra Fria que se traduz na persistência duma divisão criada pelo ódio que votaram um ao outro os regimes hostis de Pyongyang e de Seul.

Passando pelo jugo da ocupação japonesa, a implantação de uma Coreia comunista a Norte e uma Coreia capitalista a Sul mantêm-se até aos dias de hoje. Após uma guerra entre si (1950 - 53), na cimeira que em Junho de 2000 reuniu em Pyongyang os dirigentes dos dois estados, derams-e finalmente passos concretos para uma reconciliação. Se por um lado se caminhava na resolução deste contencioso, o programa de energia nuclear norte coreano veio lançar novamente uma nuvem negra neste processo e contrariar um cenário de unificação.

A Coreia do Norte, completamente desajustada de todos os fenómenos político-sociais mundiais e regionais, encontra-se presentemente numa situação económica alarmante e a necessitar de ajuda externa para solucionar a fome que ameaça a população. Essa ajuda em energia e alimentos tem sido prestada pela China que, à partida, assume um papel fundamental na tentativa de resolução da questão nuclear da Coreia do Norte. No imediato, quanto à reunificação da península coreana, existem algumas dúvidas sobre o interesse da China, inclusivamente na manutenção de um certo clima de tensão na medida em que, pela influência

²³ Jornal *O Público*, 18Dec05 - Economia

²⁴ L'Année Stratégique 2006

que tem na Coreia do Norte, possa tornar-se um trunfo no relacionamento com os EUA e com o Japão.

Segundo Brzezinski, “São igualmente motivos geoestratégicos, os quais se vêm juntar a razões históricas, que são a origem do interesse da China pela Coreia. Estado outrora tributário da China, uma Coreia unificada, prolongamento da influência americana (e indirectamente japonesa), ser-lhe-ia intolerável. Pelo menos, a China exigiria que a Coreia reunificada constitua um estado tampão não alinhado entre ela e o Japão na esperança que a rivalidade histórica da Coreia contra o Japão conduziria as coreias a integrar a esfera de influência chinesa. Por agora, todavia, a China acomoda-se perfeitamente à divisão da Coreia e não deixará de encorajar a conservação do regime norte coreano”.

Receando que a união das Coreias possa levar à emergência de uma nova potência regional ligada aos EUA e ao Japão, a China desenvolve um conjunto de iniciativas de aproximação política e económica à Coreia do Sul. Apesar da forte ligação da Coreia do Sul a estas duas potências, a recente consolidação das suas relações de defesa deixam-na com alguma apreensão, sobretudo pelo Japão que constitui factor de aproximação entre as duas Coreias, pois ambos receiam o seu poder.

TAIWAN

Para a República da China, Taiwan é uma questão desta região que permanece em aberto e que periodicamente marca a agenda política internacional. A ilha Formosa, onde se refugiaram os cerca de dois milhões de partidários de Chang Kai Chek depois dos comunistas de Mao Tsé Tung terem tomado o poder no continente em 1949, é vista por Pequim como uma província renegada da actual República Popular da China. A ilha tinha estado sob ocupação japonesa desde 1895 e, na altura, haveriam cerca de seis milhões de naturais da ilha, cujos descendentes, em 2004, chegaram ao poder como uma representatividade de 50% dos votos. Estes “taiwaneses” aspiram por uma independência passo a passo, enquanto que os restantes preferem a estabilidade e a paz, não lutando por essa independência.

Segundo o Prof F. Sutter²⁵, “para a China há um empenhamento em travar os movimentos de emancipação, apesar de internamente, dentro do aparelho dirigente existirem duas visões do problema; uma tomada de posição poderia provocar uma cisão entre os que pretendem tomá-la pela força e os que não têm esse posicionamento. Para a política externa dos Estados Unidos este

²⁵ IESM – 07 Mar 2006

é o ponto mais quente desta região com uma situação potencialmente perigosa e que pode desencadear um conflito armado, mas cuja dinâmica é controlável. Os EUA têm uma responsabilidade histórica com Taiwan com quem possuem uma longa e boa aliança. Taiwan é uma democracia e a América gosta de democracias para além da importância estratégica que esta ilha representa no Pacífico. A ambição de Taiwan é a independência e isto tem sido um longo processo de evolução política, tornando-se difícil marcar à RPC a linha limite às acções que venha a tomar relativamente à República da China”.

Taiwan, em conjuntamente com a Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura, é um dos dinamos económicos asiáticos, apesar de, aos olhos de Pequim, não passar da intransigente vigésima terceira província da RPC. Possui oitenta e dois biliões de dólares em reservas de moeda estrangeira, um PIB/hab dezanove vezes superior ao da RPC e o seu comércio externo ocupa o 14º lugar a nível mundial, o que, atendendo à sua dimensão, faz de tais dados um fenómeno quase único, talvez apenas superado, em ratio económico, por Singapura.

A perspectiva de reunificação permanece no horizonte mas com mecanismos de transição diferentes que vão desde a união total, com um período alargado de transição na ordem dos 25 anos a uma união económica que considera, que por muito que a RPC se democratize e evolua nos seus níveis de vida, será extremamente difícil associar duas populações com diferenças de mentalidade e cultura muito marcadas.

Para além do território propriamente dito, estão também aqui em causa o estreito da Formosa e todas as disputas de soberania pelos vários conjuntos de ilhas dos mares da China Oriental e Meridional pelo que elas representam em termos económicos e de controlo á circulação marítima.

Presentemente, a atitude da RPC é aproximar e integrar Taiwan, atribuindo-lhe um estatuto especial (assente na máxima “um país dois sistemas”) e não aceitar, a qualquer título, uma declaração de independência que a levaria a intervir militarmente. Apesar de algumas manifestações de força patenteadas pela China continental e da desproporção entre as duas ser abissal, em termos geográficos e populacionais, já em termos económicos, tecnológicos e militares esse diferencial não é assim tão evidente

Aparentemente, os EUA deixam a Taiwan a opção de escolha que vai desde uma integração pacífica na RPC a uma declaração de independência, ameaçando com uma intervenção militar só no caso da RPC tomar qualquer posição de força.

FEDERAÇÃO RUSSA

“O desafio geopolítico das mais importantes nações asiáticas, incluindo a China, não é tanto como conquistar os vizinhos, mas sim evitar que esses vizinhos se aliem contra si”.

“À longa fronteira russa com a China, muito parcamente povoada do lado da Rússia, é inerente a facilidade como pode ser transposta, o que tem ocorrido ao longo de toda a história. Nenhum dos países confiará a segurança destas fronteiras à boa vontade do outro, por maior que seja a sua irritação actual com os Estados Unidos alegadamente hegemónicos.”²⁶

O fim do bloco soviético e a sua desagregação conduziu a novos contornos no quadro das relações sino-russas expressos na parceria estratégica entre os dois países. Esta aproximação mostra claramente um objectivo de contrabalançar a cooperação entre Washington e Tóquio e por outro a expansão da OTAN à Europa de Leste. Para além da contenção dos Estados Unidos e dos seus aliados, a Rússia e a China partilham também uma mesma preocupação em relação à influência japonesa no extremo da Ásia.

A Rússia, embora mantenha um arsenal nuclear e disponha de alguma tecnologia avançada, atingiu um ponto de debilidade tal que as suas prioridades são a recuperação da economia e a restauração da Rússia como grande potência, munida de uma forte coesão interna, combater o fundamentalismo islâmico e estabelecer um novo relacionamento de segurança com a Europa.

Surgidas depois do colapso soviético, as ex-repúblicas soviéticas do Cazaquistão, Usbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão, enfrentam sérios problemas económicos e sociais propiciando a expansão dos grupos fundamentalistas que têm o território afegão como base para a expansão do extremismo islâmico.

Rússia e China temem que esses estados caiam sob controlo de governos islâmicos por causa da sua importância estratégica, das suas enormes reservas de petróleo (caso do Usbequistão e Cazaquistão) e pelo facto de terem no seu próprio território minorias muçulmanas. A Rússia, na região caucasiana (como nas repúblicas da Chechênia e Daguestão) e a China, na província do Xinjiang. Diante desse quadro nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, a China e Rússia uniram-se no chamado Grupo de Xangai²⁷, que estabelece um acordo sobre as fronteiras comuns e segurança, cujo objectivo primordial é combater o terrorismo e o narcotráfico.

A aproximação entre Moscovo e Pequim parece, assim, consolidada, estando subjacente, também, a política russa da venda de armas às forças armadas chinesas que teve recentemente

²⁶ Henry Kissinger – “Precisará a América de uma política externa?” (pág 108)

²⁷ Assinado em Abril de 1996, entre a China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão

um marco importante com a aquisição de um velho porta-aviões russo²⁸, a transferência de alguma tecnologia no campo nuclear e as recentes manobras militares combinadas. No campo energético é de realçar também a importância crescente das reservas de petróleo e gás natural da Rússia e o que a médio/longo prazo isso poderá significar para os consumos e ritmo de desenvolvimento económico da China.

Entretanto, permanecem uns desacordos a propósito das ilhas sobre os rios *Amour* e *Oussouri* e as montanhas do *Pamir*. Os territórios da fronteira sul da Rússia são reclamados pela China, um espaço que havia sido cedido por Mão Tsé Tung aos soviéticos para beneficiarem do seu apoio nas lutas contra os nacionalistas. As emigrações chinesas que se têm verificada para o leste da Rússia começam, para alguns sectores deste país, a provocar algum incómodo e insatisfação.

A Mongólia, país de grande extensão, pouca população e de um economia bastante precária, não constitui qualquer problema para a Rússia, sendo no entanto de não esquecer a forte ligação com o Norte da China, a Mongólia Interior, onde também se registam algumas lutas independentistas.

Apesar de tudo e face ao quadro actual, a China não se constitui presentemente para a Rússia como uma ameaça político militar mas sim um grande parceiro no contexto regional e mundial.

ÍNDIA E SUBCONTINENTE INDIANO

*“A Índia é uma democracia e tem, de longe, de entre todas as nações que alcançaram a independência depois da Segunda Guerra Mundial, o sistema mais autenticamente livre e que melhor funciona.”*²⁹

O ponto forte deste País, é uma mão de obra muito numerosa e barata mas contrariamente à China e, para já, mais qualificada e jovem. Comparativamente, a Índia tem cerca de um terço da superfície do território chinês, menos de metade do PIB e do PIB/hab, uma população de menos 220 milhões de habitantes mas com uma taxa de crescimento de tal forma elevada que em poucos anos ultrapassará a da China³⁰.

Geograficamente, constitui com o Paquistão, o Nepal, o Butão e o Bangladesh, o

²⁸ O “*Varyag*”, está a ser reparado nos estaleiros navais de Dalian, porto militar do nordeste da China e será o primeiro porta aviões da Marinha chinesa – *Courier Internacional* nº44 de 03Feb06

²⁹ Henry Kissinger – “Precisará a América de uma política externa?” (pág 143)

³⁰ L’Année Stratégique 2006

subcontinente indiano e, à excepção deste último, todos têm fronteiras comuns com a China. Região de colonização britânica, está sujeita a um duplo mecanismo geopolítico marcado pela ascensão em força da Índia que aspira exercer um papel hegemónico e pelo antagonismo muito profundo que, desde 1947 opõe o Paquistão muçulmano à Índia hinduísta e pluriconfessional.

Esta tensão insere-se ela própria no jogo das grandes potências, porque tradicionalmente o Paquistão é um aliado da China e dos Estados Unidos, permanecendo a Índia amiga da Rússia, após o ter sido da URSS³¹. É em toda a Ásia a zona mais perigosa, pois, a qualquer momento, quer seja por causa do Caxemira ou dos Sikhs (povo do Noroeste da Índia que contesta a autoridade hindu), poderá ocorrer uma guerra entre o Paquistão e a Índia. A Índia dispõe oficiosamente da arma atómica e investe somas crescentes na constituição de uma frota de alto mar indiciando a pretensão de estender a sua hegemonia ao oceano Índico.

Entre a China e a Índia os diferendos as querelas são seculares, arrastam-se desde a década de sessenta e materializam-se numa área territorial reivindicada pela Índia, designada de *Aksai Chin* e situada entre o Xinjiang e o Tibete. Em 1962 o litígio chegou mesmo ao confronto armado, minando, desde então, as relações entre os dois países. Em sentido contrário, Pequim reclama a soberania do *Arunachal Pradesh*, ocupado pela Índia. O crescente envolvimento entre ambos os estados, apresentou como ponto supremo a exportação de tecnologia balística e nuclear chinesa para o Paquistão, não podendo tal deixar de ser visto como manobra de envolvimento da China contra a Índia. Os últimos sinais de aproximação dos dois países para a criação de uma parceria estratégica, terminou com um acordo de princípios sobre questões fronteiriças. Neste acordo a China está disposta a deixar de reclamar como seu o território que é hoje o estado indiano de *Arunachal Pradesh* e a Índia estará na disposição de aceitar o controlo de parte do território de *Aksai Chin* por parte da China.

As desejáveis possibilidades de cooperação entre os dois países, situada nas áreas da segurança e economia, têm justamente nesta última uma componente competitiva em que a China obteve uma grande dianteira, aumentando os níveis de incerteza no médio/longo prazo e de desconfiança mútua, especialmente nas intenções dos avultados investimentos militares.

“As dificuldades em criar um ambiente de distensão resultam de um conjunto de cenários que colocam a China num contínuo processo de construção e alargamento da sua influência na região, em simultâneo a uma agudização de alguns focos de tensão, com impacte a segurança da Índia, a saber:

- O continuar de um clima de tensão política e étnica no Tibete, com inevitáveis

³¹ Dicionário de Relações Internacionais – Pascal Boniface – Ed. Plátano, Out de 2001

- repercussões no relacionamento com os EUA e com a Índia;
- O reforço dos laços militares e a transferência de armamento para o Paquistão, para o Irão e para Myanmar, em troca de facilidades navais no Oceano Índico;
 - O investimento na modernização militar, especialmente em meios aéreos e navais, e a modernização do armamento estratégico;
 - A crescente aproximação sino-russa, criando um efeito “tenaz” sobre a Índia.”³²

ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), é constituída pelo Brunei, a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, Singapura, a Tailândia, o Vietnam, bem como o Laos e a Birmânia, que aderiram à associação em meados de 1997.

A China tem vindo a reconhecer o crescente papel desta associação e foi admitida em 1991 como observadora nas reuniões da ANSEAN passando a participar nas conferências pós ministeriais e ainda nesse ano tornou-se membro efectivo do ASEAN Regional Fórum (ARF). Em 1995, a RPC e a ASEAN estabeleceram um sistema de consulta política ao nível de vice ministros e em Julho de 1996 a China foi admitida nas reuniões pós-ministeriais como parceiro pleno do diálogo com a ASEAN.

Para a China, a ASEAN é considerada como um dos cinco centros de poder da Ásia-Pacífico, para além da própria China, do Japão, da Rússia e dos EUA. No plano das relações económicas, o volume de trocas comerciais entre a China e a ASEAN tem crescido significativamente, cifrando-se numa taxa anual de crescimento na casa dos 20%.

Os estrategas chineses apostam no aumento de relações intergovernamentais e não-governamentais, em particular com os estados da ANSEAN. Neste contexto, durante a reunião da ARF em 1994 foram aceites alguns princípios e medidas para a cooperação na área de segurança na Ásia dos quais se salientam o estabelecimento de novas formas de relação estado a estado na base da Carta das Nações Unidas, estabelecimento de laços económicos na base da equidade e do benefício mútuo, promoção de consultas para a gestão de disputas entre países da região, estabelecimento de zonas livres do nuclear e promoção do diálogo bilateral e multilateral.

A curto prazo, a ANSEAN encara as relações com a RPC no âmbito da cooperação económica, não obstante a questão da soberania das ilhas Spratly. A China como uma grande potência política e económica da região, terá que ser integrada e deixada de ser olhada como

³² Heitor Barras Romana – RPC a sede do poder estratégico.

antagonista.

Por agora, os países da ASEAN articulam o seu relacionamento com a China com base da manutenção de relações económicas, aprofundando, ao mesmo tempo, laços activos com outros centros do poder e promovendo a solidariedade regional.

“O desafio que a China lança à região do sudeste asiático suscita, no entanto, quatro atitudes distintas dentro da própria ASEAN:

Acomodação – corresponde à posição da Tailândia, que, partilhando as preocupações do grupo, considera que a China pode impedir potenciais problemas com os vizinhos fronteiriços: Brunei, Laos e Camboja;

Prudência – A Malásia tem uma atitude face à China que oscila entre a aproximação nos contactos económicos e o claro distanciamento no plano político. A questão das Spratley, em que a Malásia também reivindica território, constitui o principal factor que condiciona as relações entre Kuala Lumpur e Pequim;

Aproximação – Singapura tem procurado evitar o comprometimento com algumas das posições críticas assumidas pelos restantes membros da ASEAN, no tocante à questão das Spratley e ao receio do fortalecimento militar chinês. Nas instâncias internacionais Singapura adopta, com frequência, atitudes favoráveis à China, como seja o exemplo do apoio à sua entrada na OMC.

Desconfiança – As Filipinas, a Indonésia e o Vietname vêm com grande preocupação a actuação da China no contexto regional, quer no plano militar, quer no plano económico.”³³

A questão das Spratley é, no caso das Filipinas e do Vietname, (para este último também as ilhas Paracel) o principal factor de desconfiança quanto aos reais propósitos da China.

No que respeita à Indonésia, existe um profunda sentimento xenófobo em relação à comunidade chinesa que vive no país, o que cria algumas fricções nas relações entre os dois estados.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Com o fim da guerra fria e a reconfiguração das relações entre estados daí decorrente, trouxe a esta vasta área que é a região Ásia-Pacífico uma importância acrescida, não só pelo seu grande desenvolvimento económico como nela se situarem algumas grandes potências e outras que, pelas suas potencialidades, poderão vir a sê-lo a médio prazo. Em contradição, é também

³³ Heitor Barras Romana – RPC a sede do poder estratégico.

nesta região que se identificam alguns dos mais pobres estados do mundo, desníveis de desenvolvimento abissais, grandes diversidades étnico-culturais e religiosas, heranças históricas e divisões territoriais mal resolvidas que poderão constitui-se como perigosos focos de tensão e degenerar em conflitos de dimensão difícil de avaliar.

É precisamente neste intrincado e sensível ambiente que a RPC se tem relacionado de forma hábil e paciente com os estados envolventes e com os que possuem interesses na região, afirmando e impondo os seus interesses mas de uma forma contida e à medida das suas capacidades.

A RPC, potência de caracterização essencialmente continental, está enquadrada a Norte e a sudoeste por duas potências regionais - Rússia e Índia - e a oeste por um conjunto de novos estados provenientes da desagregação da ex URSS, pelo Afeganistão e Paquistão.

O relacionamento com a Rússia tem-se estendido em todos os domínios, com especial ênfase no âmbito da segurança e defesa, inclusive com a aquisição de muito armamento e equipamento russo por parte da RPC. Os diferendos fronteiriços não parecem ser de grande significado, começando, no entanto, as emigrações chinesas da região da Manchúria para o leste russo a causar alguma apreensão. Os dois países vêm também nesta cooperação um refrear do domínio global dos EUA.

Com a Índia, país de enormes potencialidades e se prevê venha também a emergir brevemente na cena internacional de uma forma idêntica à RPC, as relações são já de maior competitividade, apreensão e disputa, atenuadas em certa medida pelos problemas internos da Índia, dos seus conflitos com o Paquistão e boleadas pela diplomacia chinesa, no que respeita aos dois diferendos fronteiriços.

A oeste, a RPC estabeleceu acordos de defesa e segurança com os três países das ex-URSS com que tem fronteiras e onde ainda se insere o Afeganistão e o Paquistão. Não deixando de ser preocupante a sensibilidade desta região pelos fundamentalismos islâmicos e lutas independentistas que podem exacerbar problemas idênticos na província chinesa de Xinjiang, é de notar o controlo e implantação militar em toda esta região por parte dos EUA que, trazendo alguma apreensão sob um ponto de vista, no imediato, ajudará a atenuar aqueles problemas.

A leste do continente e no sudeste asiático é que se encontram os aspectos mais sensíveis do relacionamento externo da RPC e principalmente a partir do momento em que esta começou a olhar para o Oceano Pacífico de forma diferente, com o intuito daí se imiscuir como espaço de afirmação e porque se torna fundamental ao seu desenvolvimento económico.

O processo de união das duas coreias tem vindo a dar alguns passos o que preocupa não só a própria RPC, como o Japão e até mesmo os EUA, desconhecendo-se qual será o posicionamento de uma Coreia unida.

O Japão é o aliado dos EUA com mais poder na região e que a RPC mais teme. O maior ou menor apoio militar americano ao Japão ditará o seu nível de desenvolvimento e modernização das forças armadas que tem sido muito significativo. Apesar destes receios sino-nipóticos, as relações comerciais são excelentes e o volume de trocas e investimentos é bastante avultado.

Cenário idêntico em termos económicos e de desenvolvimento, mas com antecedentes bem diferentes é Taiwan, definido como território a integrar nos objectivos da política externa da RPC. Ilha de crucial valor estratégico, tem como aliados os EUA que apenas intervirão militarmente se a China exercer esse pretensão direito de anexação pela força.

Os países do sudeste asiático, onde muita população é chinesa e essa diáspora controla e detém uma parte significativa dessas economias, disputam com a China e entre si a soberania de algumas ilhas no mar da China Meridional, não só pelo controlo das rotas marítimas como pelas grandes reservas de petróleo e gás natural. A maior organização regional é a ASEAN, onde a China ainda não é membro de pleno direito, mas para onde tudo se encaminha.

Os Estados Unidos, única potência global, mantêm em quase toda esta região uma implantação militar muito significativa que os tornam, por um lado, um factor de estabilização e contenção da região mas, em simultâneo, um entrave ao crescimento de outros. É desta forma que a RPC vê os EUA mas reconhece, para já, a sua posição fundamental na manutenção da paz e desenvolvimento da região. Para RPC, apesar de todas as diferenças, o seu próprio desenvolvimento está intimamente ligado aos investimentos e trocas comerciais com os EUA. Digamos pois que existirão nestes relacionamentos dois mundos paralelos em que os antagonismos existentes (ideológicos, culturais, ambientais e dos direitos humanos etc.) são perfeitamente superados pelas vantagens económicas de que ambos podem usufruir.

As relações da RPC são assim marcadas nesta região por duas potências do continente asiático – Rússia e Índia - e essencialmente no Pacífico pelo Japão e EUA, tendo como “ponto quente” o futuro de Taiwan.

V - RELAÇÕES EUROPA – CHINA

As relações Europa – China enquadram-se, embora com particular importância, no contexto mais vasto do interesse da União Europeia pela Ásia na sua globalidade, como parceiro fundamental dos pontos de vista económico, político e cultural.

Aí se concentra 56% da população mundial, a maior parte nos dois países mais populosos do Mundo: a Índia e a China. Aí se localizam dois dos mais ricos: o Japão e Singapura, e alguns dos mais pobres: Laos, Sri Lanka, Coreia do Norte, Nepal, Birmânia e Timor-Leste.

ESFORÇO PARA UMA PARCERIA EFECTIVA UNIÃO EUROPEIA – ÁSIA

A importância da Ásia para a política externa da União Europeia, vista sob os seus vários ângulos, é patente e tem suscitado de há uns anos a esta parte um visível esforço no sentido do estabelecimento de compromissos com a Ásia como região e com vários dos seus Estados num plano bilateral.

Concretizando esse esforço foi instituído e posto em funcionamento em 1996 o *Ásia-Europe Meeting* (ASEM), que consiste no estabelecimento de contactos periódicos entre 10 Estados asiáticos (Brunei, China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname), os 15 Estados que então integravam a União Europeia e ainda a Comissão Europeia

O ASEM pretende constituir uma plataforma de diálogo para reforçar as relações entre as duas regiões nos planos político, económico e cultural e concretiza-se em cimeiras de Primeiros-Ministros de dois em dois anos e em reuniões de ministros dos Negócios Estrangeiros e de Economia nos anos intercalares.

Para além da abordagem dos temas económicos, com vista à abertura de cooperação na redução de barreiras alfandegárias ao comércio e de obstáculos ao investimento externo, e do tratamento de assuntos de política social, estes encontros têm possibilitado a discussão de questões políticas relevantes como: direitos humanos, direitos das crianças, o impacto da globalização, a luta contra o terrorismo. Dentro do mesmo espírito também já tiveram lugar conferências sobre Ciência e Tecnologia, Ambiente e Gestão de Fluxos Migratórios entre a Europa e a Ásia, assim como, no plano cultural, tem sido referida nestes encontros a importância

de intercâmbios desta natureza tendo em vista o aperfeiçoamento dum mútuo conhecimento, compreensão e aceitação das diferenças culturais.

À margem das reuniões instituídas no âmbito do ASEM, têm sido também realizadas reuniões específicas entre representantes dos sectores privados das duas regiões (UE/Ásia) nos intervalos das reuniões políticas.

NOVO QUADRO ESTRATÉGICO PARA AS RELAÇÕES EUROPA – ÁSIA

Procurando responder à evolução que se tem vindo a verificar quer na Ásia quer na Europa, especialmente relevante a partir da década de 90, com a crescente interpenetração das economias e fragilização das fronteiras que caracterizam a globalização, foram definidas em 2001, em conformidade com as decisões da Comissão Europeia, seis vertentes estratégicas para o reforço da cooperação com a Ásia, onde pela primeira vez a vertente da segurança ocupa uma posição significativa nas preocupações daquela Comissão:

Paz e Segurança, como apoio à prevenção de conflitos através da partilha de experiências e de aprofundamento do diálogo nos domínios da justiça e da administração interna, englobando questões como o direito de asilo, a imigração, o crime organizado, o tráfico de armas e de estupefacientes;

Comércio Mútuo e Investimento, para uma cooperação mais estreita entre sectores de alta tecnologia e entre companhias privadas (mais do que entre governos), com vista à obtenção de benefícios mútuos na melhoria de acesso aos mercados e das condições de investimento em ambas as regiões;

Redução da Pobreza, através de insistente diálogo sobre as políticas sociais e as experiências distintas de ambos os continentes com vista à redução da pobreza, dando especial atenção a sectores como a educação e a saúde, as directrizes económicas e sociais, bem como à correlação entre meio ambiente e pobreza.

Promoção da Democracia, do Bom Governo e do Estado de Direito, procurando o reforço da sociedade civil e o diálogo inter-cultural com prioridade para a causa dos Direitos Humanos, a qual deve ser assumida num diálogo construtivo baseado na melhoria da cooperação e não, como até há pouco, na condenação pura e simples.

Construção de Parcerias e Alianças nas Questões Globais, fomentando o diálogo entre as duas partes sobre a problemática do terrorismo e outros assuntos como a reforma das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, o Meio Ambiente e o combate ao flagelo da SIDA.

Promoção de um Melhor Conhecimento e Compreensão Mútua entre a Europa e a Ásia através da abertura de novas delegações em países asiáticos e da promoção de trocas de experiências e informações nas áreas da educação, cultura e ciência, bem como do reforço dos contactos entre as sociedades civis.

POLÍTICA DA UNIÃO EUROPEIA PARA UMA PARCERIA GLOBAL COM A CHINA

A percepção histórica, geoestratégica, económica e cultural que os Estados Europeus têm da China determina, para com este país, um comportamento político específico no contexto asiático.

Assim se justificam as tomadas de posição da CEE em 1984 e 1985 sobre as relações económicas com a China e com Taiwan em que se afirmava desejável a reunificação de ambos, como é reivindicado pela China. No mesmo sentido se compreende a posição da França, em 1994, ao reconhecer a República Popular da China como único governo legal da China e Taiwan como parte integrante do território chinês. O governo francês comprometia-se a não autorizar as empresas do seu país a participar no armamento de Taiwan, pondo assim fim ao diferendo surgido dois anos antes quando o governo de Taipé pretendeu comprar aviões de combate à França.

Decorrente da abrangente estratégia para as relações com a Ásia, a actual política da UE em relação à China, baseada na Comunicação da Comissão Europeia de 15 de Maio de 2001, visa prosseguir um diálogo com este gigante asiático em três grandes áreas: diálogo político e sobre os direitos humanos; relações económicas e comerciais; cooperação UE/China.

Embora pela abertura proporcionada pelas reuniões do ASEM se tenham trocado, em contactos bilaterais, pontos de vista e se tenha verificado algum avanço nas relações UE/China, os progressos relativamente aos resultados pretendidos pela Comissão Europeia visando uma parceria efectiva foram até há pouco muito limitados. As últimas cimeiras, contudo, parecem evidenciar um maior reforço da parceria estratégica. Em 2004 foram assinados oito acordos de cooperação onde se destacam a declaração comum sobre a não proliferação e o controlo dos armamentos, o acordo de cooperação aduaneira essencial para a simplificação do comércio e o combate à pirataria e à contrafacção, assim como acordos financeiros sobre um programa de cooperação para a reforma do sistema chinês de segurança social. Na vertente política destacou-se o acordo para a readmissão dos clandestinos, o levantamento do embargo sobre as armas e a questão dos direitos do Homem. Foram abertas ainda negociações com vista a permitir à EU maior flexibilidade para lutar contra a imigração ilegal proveniente da China.

A UE apoiou deliberadamente o acesso da China à Organização Mundial do Comércio, concretizado em 2001 após 15 anos de difíceis negociações. Este ingresso, que amplia significativamente a importância desta organização, deverá projectar para o exterior os reais esforços para a reforma da economia chinesa, consolidando, por um lado, a sua posição em termos globais mas, também por outro, levando-a a assegurar maior permeabilidade de acesso ao vastíssimo mercado chinês pelos seus parceiros comerciais. Reforma que pressupõe importantes reflexos nas áreas política e social que têm sido objecto de abordagens mais ou menos formais entre representantes da EU e da China.

Não é todavia crível que resultados concretos de tais esforços se venham a verificar a curto prazo, tendo em conta as premissas políticas, sociais, económicas e comerciais que ainda vigoram na China.

Em 2001 a balança comercial da UE com a China era já altamente deficitária (*deficit* de 44,7 biliões de euros num valor total de comércio de 203,4 biliões de euros). Com a entrada da China na OMC e, posteriormente – em 2005 -, com o consequente levantamento das restrições comerciais a esta economia em explosiva expansão, é muito provável o acentuar desta tendência se , entretanto, não se verificar uma competitiva reacção por parte do tecido empresarial europeu.

Especialistas europeus atribuem a actual situação à pouca penetração das mercadorias e serviços europeus na China devido a inúmeros obstáculos comerciais e burocráticos discriminatórios, assim como à persistência de restrições ao investimento directo estrangeiro. Por outro lado também apontam para o limitado interesse ainda manifestado pelas empresas europeias em apostar no vastíssimo mercado chinês com 1,3 mil milhões de consumidores, preferindo um risco menor com a penetração nos mercados europeus de Leste, agora ainda mais acessíveis com o alargamento da União a mais 10 países dessa região.

RELAÇÕES BILATERAIS PORTUGAL - CHINA

Durante 444 anos de presença da administração portuguesa em Macau, as relações entre Portugal e a China cingiram-se essencialmente ao campo político-diplomático e quase sempre centradas em questões relacionadas com aquele território. Os interesses comerciais e financeiros de Portugal na região eram, em geral, bastante limitados, acentuando-se mesmo essa debilidade desde a Guerra do Ópio em meados do século XIX.

A convivência político-diplomática manteve-se ao longo dos séculos com os sucessivos regimes chineses, até mesmo quando a “Nova China” de Mao Zedong derrotou os nacionalistas de Chiang Kai-Shek. Fazendo pragmaticamente tábua rasa da sua política anticolonialista, tendo

em vista a consolidação da sua posição vencedora e para evitar conflitos com os EUA, Mao aceitou a presença dos portugueses em Macau e dos ingleses em Hong Kong.

A situação de Macau ser-lhe-ia , aliás, a partir de 1950, muito útil como ponto de importação e encaminhamento para território chinês de produtos ocidentais de importância estratégica, quando o Mundo Ocidental, liderado pelos EUA, impôs à China um rigoroso embargo comercial.

Não obstante a verificação de posteriores ciclos de tensão entre as autoridades portuguesas e os partidários de Pequim em Macau, algumas vezes com o apoio do próprio governo chinês, tais tensões foram sendo diplomaticamente superadas por diálogo entre os dois países de regimes diametralmente opostos mas com interesses pontuais comuns. E isto, curiosamente, enquanto Pequim apoiava sem reservas organizações de guerrilha que combatiam a presença portuguesa em África.

Com o fim do isolamento internacional da China e a sua abertura económica ao Ocidente, a situação de Hong Kong e de Macau alterou-se. Como, entretanto, também em Portugal se tinha alterado, em 25 de Abril de 1974, o regime político, este manifestou abertura para negociar com Pequim o futuro de Macau. Obtido o acordo para a transferência do território macaense para a soberania da China, esta concretizou-se em 20 de Dezembro de 1999. Idêntica transferência de soberania se tinha realizado em Hong Kong dois anos antes. Ambos os enclaves, porém, beneficiaram de um estatuto autonómico especial constituindo Zonas Económicas Especiais (ZEEs).

A forma pacífica e cooperante como se processou a transferência de Macau para a China e a matriz estatutária especial adoptada para o governo do território, continuando a permitir o diálogo inter-cultural e a facilitar o relacionamento não apenas entre Portugal e esse seu antigo território, como, além disso, podendo este constituir um elo de entendimento com o governo central da China, é um elemento importante digno de exploração nos diferentes campos da política externa portuguesa, quer no contexto da EU quer no plano bilateral.

Em termos programáticos actuais, no capítulo da Política Externa, não se encontram referências explícitas à importância do relacionamento com Macau e, através dele, com a China no que concerne à internacionalização da economia portuguesa, ao contrário do que é referido quanto ao esforço para concretização de significativos investimentos em Espanha e no Brasil, assim como noutros países da EU, no Magrebe, em Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Todavia, isso não obsta a que se mantenha o interesse de Portugal pelas relações com Macau, primordialmente em “assegurar uma presença diplomática e cultural que signifique quanto Macau sempre representará para a memória histórica do nosso país”, como constava do

programa do governo no ano da transferência de soberania. Foi criado no ex- território português o Consulado Geral de Portugal e a Escola Portuguesa, mantendo-se o Instituto Português do Oriente assim como as delegações do ICEP (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) quer em Macau quer em Pequim.

No capítulo do investimento e das exportações portuguesas para a China, cujo incremento se afigura cada vez mais premente face ao acentuado desequilíbrio da balança comercial em desfavor do nosso país, o governo português abriu com esse objectivo, em 1993, uma linha de crédito de 173,5 milhões de euros que, no entanto, se manifestou muito pouco atractiva pela comunidade empresarial.

Em sentido inverso, porém, a China tem dado provas de manifesto interesse pelas relações comerciais com os países lusófonos, incluindo Portugal, explorando a “rica herança de Macau” e o seu estatuto especial económico e comercial.

Por iniciativa do governo desta região reuniram-se em Macau, em 2003, representantes de Portugal e dos países de língua oficial portuguesa, incluindo Timor. Deste modo o governo central da China, prosseguindo no esforço de internacionalização da sua economia, terá dado mostras da intenção de delegar em Macau a tarefa de aproximação e fortalecimento das relações económicas com Portugal na Europa, com os países africanos de língua oficial portuguesa em África, com o Brasil e a sua preponderância na América do Sul e ainda com Timor-Leste no Pacífico.

É nesta estratégia que se pode enquadrar a visita , em Dezembro de 2005, do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao a Portugal e a consequente assinatura da Declaração Conjunta Sino-Lusitana em que ambas as partes concordam em estabelecer relações de Parceria Estratégica Global que envolvem o reforço do diálogo político e o estreitamento de cooperação nas áreas económica, cultural, educacional, de justiça, ciência e tecnologia e da saúde. A parte portuguesa enfatizou no documento a política de uma só China e afirmou o esforço em promover o fim do embargo da venda de armas à China imposta pela UE, assim como o reconhecimento pela UE do estatuto de plena economia de mercado da China.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A crescente globalização económica, tem levado a União Europeia a encarar com maior interesse a importância dum relacionamento alargado com a Ásia nos planos económico, político e cultural. São prova disso a instituição do ASEM e a definição pela Comissão

Europeia de seis áreas estratégicas, caracterizadas pela amplitude das matérias a abordar, para o reforço da cooperação com os países asiáticos.

No extenso conjunto destes países assume para a Europa posição de indiscutível relevo a China, quer por ainda alguma influência do factor histórico, quer sobretudo pela importância geoestratégica, económica e cultural, o que justificará para com esse país uma especificidade de relacionamento.

Especificidade traduzida desde logo no plano político através do apoio à unificação de toda a China, com o reconhecimento de Taiwan como parte integrante do seu território, e no plano económico e comercial pelo apoio ao acesso da China à Organização Mundial do Comércio.

Pretendendo a UE reforçar as relações com o gigante asiático elegeu nesse sentido três grandes áreas: diálogo político e sobre os direitos humanos; incremento das relações económicas e comerciais; cooperação em vários domínios entre ambos os interlocutores.

É, porém, no campo económico e comercial que, como reflexo das disparidades sociais e de política interna da China, surgem os maiores obstáculos ao desenvolvimento de uma efectiva parceria estratégica, pelo flagrante desequilíbrio da balança comercial em desfavor da União e pela ainda limitada penetração do investimento europeu na China.

No seio da EU, Portugal (assim como o Reino Unido) tem neste contexto uma situação ímpar pelas relações político-diplomáticas, embora nem sempre amistosas, que manteve ao longo de mais de quatro séculos com os regimes chineses, através da sua possessão de Macau que, tal como Hong Kong, foi recentemente transferida para a soberania chinesa mas com estatuto autónomo especial, fundamentalmente na área económica.

A China tem manifestado particular interesse em explorar essa recente ligação de Macau ao mundo lusófono, delegando neste seu território a iniciativa de promover o fortalecimento das relações económicas, quer com o nosso país no quadro europeu, quer com os países africanos de língua oficial portuguesa, com Timor-Leste e particularmente com o Brasil, no âmbito de uma clara estratégia para incrementar a internacionalização da sua economia e para potenciar a sua importância política a nível global.

Os resultados desse esforço são já por demais patentes em Portugal, tal como antes foi referido em relação à UE, no enorme desequilíbrio da balança comercial, sem que o nosso tecido empresarial aparente, a curto prazo, poder reagir em competitividade a esta situação.

VI – ALGUNS CENÁRIOS POSSÍVEIS

“O inevitável nunca acontece ; o que acontece é o imprevisto”

(Autor desconhecido)³⁴

A China está localizada numa área extraordinariamente complexa onde as relações entre estados têm, à partida, uma carga histórica e civilizacional muito pesada que leva permanentemente os mesmos a interagirem fortemente entre si na defesa dos seus interesses.

Os EUA, único actor global, sente a ameaça destas potências emergentes e a importância estratégica da região e tenta gerir o seu crescimento de acordo com os seus interesses.

A China, potência regional que tem operado o maior crescimento económico da região, tem-no feito essencialmente à custa de uma mão de obra muito barata e com um conjunto de medidas especiais que incentivam o investimento estrangeiro.

Politicamente, tem evoluído para uma abertura ao capitalismo de Estado, mantendo a sede do poder inalterada e à volta do partido único e com uma dinâmica económica que impõe alterações nas relações Estado-sociedade devido ao aparecimento de novos campos de interesse criados pelo próprio modelo de capitalismo de estado.

Este modelo tem criado alguns problemas internos na China e agravado outros, o que implicará certamente alterações e a tomada de algumas medidas e opções político-económicas diferentes.

Qualquer cenário que se possa antever para a China terá de ter sempre a enquadrá-lo os objectivos políticos definidos por Pequim os quais, de forma abreviada, são: a manutenção da integridade territorial; a recuperação dos territórios a que diz ter direito; o incremento à influência regional; desenvolvendo políticas de emigração potenciadoras de um estatuto global para a China.

Apesar de todas as suas potencialidades, já atrás enumeradas, há que levar sobretudo em linha de conta as grandes vulnerabilidades internas que nos últimos anos se agravaram, provavelmente ao mesmo ritmo que o crescimento económico.

Assim, há que ter em conta os factores externos das relações entre os diversos actores e os factores internos, essencialmente aqueles que estão ligados às suas maiores vulnerabilidades.

³⁴“Pela China Dentro” de António Caeiro.

Vejamos então alguns dos muitos cenários possíveis:

- *Paragem de todo este desenvolvimento e regresso ao maoísmo:*

Cenário de grande pessimismo, só compreensível na eminência ou sequência de fortes perturbações internas controladas por um poder muito forte. Seria um retrocesso em toda a evolução chinesa dos últimos 30 anos, um fechar-se em si mesma, e atiraria novamente o país para a pobreza generalizada. Talvez cumprisse o primeiro dos objectivos já traçados e o país ficaria à mercê da possível emergência de outras potências. Contaria também este cenário com forte contestação interna por parte dos poderes regionais e privados já instituídos e uma reacção muito negativa por parte de quase todos os países vizinhos e, em especial, com aqueles com que mantém relações comerciais.

- *Manutenção do status quo:*

Esta possibilidade terá alguma validade mas de carácter temporário e por razões conjecturais, até porque uma estagnação no aparelho produtivo, poderá causar ainda mais desempregados e, como tal, agravará ainda mais algumas difíceis situações internas. Poderia cumprir o primeiro objectivo político mas do qual não passaria pois, tecnologicamente e militarmente não se verificaria nenhuma evolução. Nas relações externas, seria uma boa solução para a continuação dos investimentos mas, em termos de trocas comerciais, não seria benéfico para terceiros países, em virtude do imenso mercado chinês não se desenvolver o suficiente. Regionalmente não constituiria qualquer ameaça, poderia vir a ser ameaçada por qualquer das outras potências e mundialmente tornar-se-ia apenas uma grande fábrica, enquanto não lhe faltassem recursos energéticos.

- *Continuação do crescimento e evolução para um regime político mais democrático:*

Este será sem qualquer dúvida o rumo que está na linha traçada pelos objectivos políticos, no entanto, deveremos considerar algumas variantes que se prendem sobretudo com esse ritmo de crescimento e da forma como os problemas internos são resolvidos ou, no mínimo, atenuados.

Se as taxas de crescimento económico continuarem com os ritmos actuais, vai depender das aplicações provenientes dessa riqueza na resolução, ou não, dos problemas internos e, sobretudo, em melhorar a condição de vida da maioria da população.

Se as prioridades dos investimentos chineses continuarem a ser as actuais, o fosso social aumenta, as disparidades regionais agudizam-se, as desconfianças dos países vizinhos e os atritos

tendem a aumentar, os poderes regionais tendem a ganhar mais influência, a busca de mais recursos energéticos criará novos atritos e, tudo isto, gerará um clima de instabilidade que poderá evoluir para conflitos internos e acabar numa implosão do próprio país. De um cenário de implosão, apenas as lutas independentistas e os pequenos contenciosos fronteiriços poderiam tirar alguma vantagem, até porque a destabilização da China provocaria grande instabilidade nesta região da Ásia-Pacífico o que teria impacto directo e negativo a nível mundial.

Pelas declarações finais do último congresso do povo, em finais de Fevereiro de 2006, há a intenção de intervir nessas assimetrias internas, na agricultura mas em simultâneo no desenvolvimento das forças armadas.

Se os investimentos não forem apenas orientados para o aumento rápido dos factores de poder e toda a conjuntura internacional for favorável, a China, apesar de abrandar o seu ritmo de crescimento, terá um desenvolvimento global melhor sustentado e que mais se identifica com a política chinesa de atingir os objectivos a que se propõe mas sem uma postura hostil.

Para além das aplicações atrás mencionadas, o crescimento tão acelerado de qualquer país, só poderá acontecer se houver um conjunto de factores que, em simultâneo, se conjuguem, tais como a tranquilidade política, a ordem social interna, as elevadas taxas da económicas, a injeção permanente de capitais estrangeiros assim como a estabilidade regional. Se esta conjugação foi real anteriormente, não o será provavelmente em igual período daqui para a frente.

Assim, é possível que a China venha a atingir o estatuto de superpotência, não no período de uma geração mas, com uma conjuntura favorável, entre os 40 a 50 anos.

VII - CONCLUSÕES

“L’Asie orientale regorge d’ activités productives, qui, jusqu’à ce jour, ont été développées à des fins pacifiques grâce du rythme élevé de la croissance économique de la région. Mais cette soupape de sûreté pourrait bien exploser sous la pression des passions politiques”(Zbigniew Brzezinski).

Neste cenário internacional em que apenas os EUA detêm as capacidades de uma potência global, assiste-se ao regresso da Ásia ao centro estratégico do mundo. Esta deslocalização prende-se sobretudo pelo extraordinário desenvolvimento económico e pelas reconhecidas potencialidades de alguns países desta região do globo em atingirem um estatuto de superpotência. Entre eles, e com um desenvolvimento bastante à frente de qualquer outro, a China aparece na senda internacional rapidamente rotulada como vindo a assumir neste século, o papel que os EUA tiveram no anterior.

A história milenar da China foi ciclicamente de alternância de poder e riqueza com períodos de desgraça, ocupação e humilhação, o último dos quais ocorreu antes da implantação da República e está ainda bem marcado na sua população. O regime de Mão Tsé-Dong trouxe uma enorme estagnação ao país, só corrigida pelo seu sucessor, Deng Xiaoping e seus seguidores que, em cerca de 30 anos, com grandes reformas e uma abertura ao exterior catapultaram para o primeiro plano da economia mundial este gigante asiático.

A China passou então a cativar as atenções, para uns como uma ameaça, para outros como um bom aliado de contenção ao poder hegemónico dos EUA e ainda outros como uma ameaça e em simultâneo como um grande aliado económico em conjunto com os EUA e Japão. A China tem como verdade que o maior obstáculo ao seu desenvolvimento são os EUA mas, estes são-lhe cruciais ao seu desenvolvimento, não só pelos avultados investimentos como pela aquisição de modernas tecnologias.

De entre os muitos recursos da RPC, é, sem dúvida, a numerosa população que, por um lado, tem sido o motor principal desse desenvolvimento mas, por outro, pelas escandalosas desigualdades sociais poderá vir a ser o seu carrasco. Historicamente a China viveu muitas destas situações de desigualdades sociais que acabaram com convulsões internas e que, uma vez mais se repetem, agora com os operários agrícolas.

A RPC soube ler muito bem os acontecimentos pós URSS e encetou uma reforma económica antes da abertura política para que não lhe viesse a acontecer o mesmo fenómeno de desagregação. As políticas externas que tem seguido são de grande cautela e sem qualquer hostilidade, não prescindindo, entretanto, de prosseguir os seu objectivos.

Apesar da questão de Taiwan ser o maior contencioso entre a RPC e os EUA, as relações externas da RPC, tanto a nível regional, como mundial, têm sido de cooperação e mútuas vantagens, o que não significa que o aumento do seu poder, para além do económico, não venha a ocasionar outros fenómenos. Sobretudo porque interessa a todos os países da região, EUA incluídos, a existência de uma China estável e desenvolvida. A questão está em saber até onde poderá ir esse desenvolvimento sem que o poder então adquirido faça a RPC ter tendências hegemónicas.

O desenvolvimento da RPC operado nos últimos anos, tem tendência em abrandar, porque muito raramente é possível que as mesmas condições em que ele se verificou, se repitam e se conjuguem nos próximos anos. Outro aspecto a considerar é a resolução dos graves problemas internos para os quais a RPC vai ter de canalizar avultadas verbas, com riscos de grandes perturbações internas, se o não fizer. Deste modo, a evolução deste sistema político fechado com uma política económica de mercado, estará condenada, sendo previsível a transição para uma democracia, apesar de ter de ser um processo lento e muito cauteloso para não terminar em grandes convulsões sociais.

Para Portugal, a China não é ainda um mercado concretizado se bem que o contrário se tenha tornado, em poucos anos, muito significativo. A RPC tem muito interesse em, através de Macau, estabelecer relações privilegiadas com os países de língua portuguesa, tendo Portugal assinado em Fevereiro de 2006 um acordo bilateral de cooperação no âmbito da defesa.

Pode assim concluir-se que a RPC tem todas as potencialidades para vir a alcançar as condições de uma superpotência, apesar de não ser prvisível o tempo que isso possa demorar. O que se pode afirmar é que, em ambiente normal, não estão presentemente reunidas condições que o permitam concretizar nos próximos 25 anos.

IESM, 13 de Março de 2006

BIBLIOGRAFIA**LIVROS**

- Atlas Geográfico – DK – Civilização 2004**
- Atlas historique – Perrin, 2003**
- BONIFACE, Pascal (2000).** Atlas das Relações Internacionais. 2ª Edição.
Tradução de Germano Rio Tinto, Hatier, Paris.
- BONIFACE, Pascal,** Dicionário de Relações Internacionais, Edições Plátano, 2001
- BRZEZINSKI, Zbigniew** Le Grand Échiquier. L’Amérique et le reste du Monde. Hachette Littératures (1997).
- CAEIRO, António - “Pela China Dentro” - Dom Quixote, Fev de 2005**
- CORREIA, Pedro de Pezarat.** Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. I - Conceitos, Teorias e Doutrinas. Quarteto - Andaimos do Mundo (Nov 2002).
- CORREIA, Pedro de Pezarat.** Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. II – Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito. Quarteto - Andaimos do Mundo (Fev 2004).
- COUTO, Abel Cabral – Elementos de Estratégia Vol I e II, IAEM**
- DIAS, Carlos Manuel Mendes Dias – Geopolítica – Prefácio, 2005**
- GONÇALVES, Arnaldo M.A. – O diálogo Europa- China – Ásia – Pacífico, Magno 2004**
- HUNTINGTON, Samuel - O Choque das Civilizações**
- IZRAELEWICZ, Erik – Quando a China mudar o mundo- Ed AMBAR, Set 2005**
- KISSINGER, Henry.** Precisar a América de uma política externa . Gradiva. Maio de 2003.
- KISSINGER, Henry.** Diplomacy. Simon and Schuster 1994.
- L’Année Stratégique 2006 – Éditions Dalloz / IRIS -2005**
- MOREIRA, Adriano – Teoria das relações Internacionais –Almedida,Nov 2002**
- RAMONET, Ignacio – Atlas da Globalização – Abr 2004**
- Ramsés 2006 – IFRI – Ed Dunod, 2005**
- ROMANA, Heitor Barras, RPC – A sede do Poder Estratégico, Edições Almedina, Novembro de 2005**
- SANTOS, General Loureiro dos (2004).** Convulsões. Ano III da “Guerra” ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV. – Publicações Europa América.
- SOUSA, Fernando de, -Dicionário de Relações Internacionais - Afrontamento**
- WILENSKY, Alfredo Héctor; Rui Januário e Luís da costa Diogo – Geopolítica e Relações Internacionais – Quid Júris, Lisboa, 2005**

DOCUMENTOS, MONOGRAFIAS, REVISTAS E JORNAIS

À Descoberta de China - Edições ASA
ATLASÈCO – 2006 , Le nouvel Observateur
Courrier International – Hors Série – Jun-Jul-Ago
Courrier International nº 18 a 48
Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica – ME 71-00-08 - IAEM
Foreign Affairs – Spt/Oct - 2005
L' Expansion – Chine – Abr 2005
O Novo Ambiente Estratégico – NC 70-10- 15 - 1994
Segurança Redefinida – Michael Renner, Estado do Mundo 2005
Trabalho de Grupo do CSCD – 2002 – China, IAEM
Trabalho do CEM 96/98 China, IAEM

CONFERÊNCIAS

Prof Adriano Moreira – IESM - Fev 2006
Gen Loureiro dos Santos – IESM – Fev 2006
Prof Robert F. Sutter da Universidade de Georgetown – IESM – 07 Mar 2006

SITES DA INTERNET

<http://www.brasilnews.com.br/News3.php3?CodReg=3268&edit=>

ANEXO A – COMPONENTE DE DEFESA DA RPC**1. Militar****a. Generalidades**

Na década passada, a capacidade de crescimento militar da China despertou uma grande atenção, mas os pormenores acerca do actual e provável novo estado do poder militar chinês foram pouco considerados. Enquanto isto, a China vem modernizando as suas forças e reforçou os gastos com a defesa, com vista ao melhoramento da sua capacidade militar a todos os níveis.

Hoje, a China encontra-se numa fase que aponta para a reestruturação, reequipamento e modernização das suas Forças Armadas, cuja estrutura inclui as unidades do activo e de reserva do Exército Popular de Libertação (EPL), a Polícia Popular Armada e a Milícia, existindo, no entanto, muita discussão acerca dos números e do equipamento da sua estrutura, principalmente do novo material adquirido, a adquirir ou inventariado.

b. Estratégia e doutrina militar

Tradicionalmente, a estratégia de defesa da China e a prioridade de planeamento de forças, foram determinadas pela necessidade de manter umas Forças Armadas volumosas, capazes de responder a um vasto conjunto de missões internas e externas.

Isto reflectiu-se na constituição de uma força de confiança, abrangendo três elementos principais: um Exército (EPL), uma Polícia Armada e uma reserva de Milícia.

Actualmente, o conceito estratégico da China é, oficialmente, defensivo. O material, o armamento e o equipamento carecem de modernização. Este óbice impede o Estado de desenvolver uma política agressiva, o que se reflecte no seu conceito estratégico. A sua frota naval, por exemplo, está mais vocacionada para a defesa de costa, enquanto que a força aérea, grande em número, é de reduzida eficácia.

No entanto, para a maioria dos muitos observadores, neste momento, não é possível definir a doutrina militar chinesa como tendo cariz defensivo ou ofensivo, uma vez que o limite entre estes dois conceitos é francamente ténue.

A actual política militar da RPC aposta numa estrutura mais profissionalizada e menos politizada. Neste sentido, tem-se verificado, na última década, um maior esforço para redimensionar e reestruturar as forças militares. O EPL encontra-se a rever a sua estrutura de forças e remodelar a sua doutrina, por forma a adaptar-se às actuais missões e aos problemas de segurança, dando ênfase à criação de Forças de Reacção Rápida que possam combater em conflitos locais, e fazer face às ameaças e conflitos, para além das fronteiras da China e na sua

área geográfica, nomeadamente defesa avançada dos seus territórios, zona económica exclusiva e interesses nacionais.

Apesar deste desenvolvimento, os seus objectivos da política externa e de segurança mantêm-se inalterados: a segurança territorial, a liberdade de acção, a estabilidade regional e boas relações com os países vizinhos.

c. Os sistemas de armas estratégicos

(1) A doutrina de emprego

A China é um país produtor de armamento nuclear e tem continuado a desenvolver e construir armas estratégicas de destruição maciça. Sobre este assunto tem, sucessivamente, declarado que este tipo de armamento apenas se destina a responder a um ataque da mesma natureza, mas que considerariam, nessa altura, a sua utilização.

As armas nucleares da China estão sobre o controlo da Comissão Militar Central, que é liderada pelo Presidente. Os outros membros da comissão são generais do EPL, que também servem no Politburo do Partido Comunista.

(2) As armas nucleares e os mísseis balísticos

Para algumas publicações, o arsenal nuclear da China é de cerca de 400 ogivas, estimando-se que disponha de 20 mísseis nucleares armados destinados a ser utilizados no teatro intercontinental e que 230 armas nucleares estejam, ou podem vir a ser, colocadas, em aviões, mísseis e submarinos de capacidade regional. Crê-se que as restantes 150 ogivas, estão reservadas para uso táctico.

As forças navais nucleares da China, limitam-se a um submarino de propulsão nuclear equipado com mísseis balísticos nucleares (o Xia Type 092), que tem problemas no reactor e de acústica. O Xia pode transportar 12 SLBM, com uma só ogiva de 200 a 300 Kt e um alcance de 1700Km

A China mantém actualmente uma força dissuasória mínima de armas nucleares, constituídas por mísseis balísticos intercontinentais em bases terrestres (ICBM). O DF-5 (Dong Feng-5), incorporado em 1981, transporta uma arma de ogivas múltiplas e tem um alcance de 13.000 Km, que permite uma cobertura de toda a Ásia e Europa e a quase totalidade dos EUA (o sudeste dos EUA fica na orla do seu alcance). Outros dois mísseis balísticos de longo alcance estão em desenvolvimento: o DF-31, com um alcance de 8.000Km cujo emprego poderá ocorrer antes de 2005 e o DF-41, com um alcance de 12.000Km, que poderá estar pronto cerca do ano 2010.

d. O Orçamento da Defesa

O orçamento militar da China tem continuado a aumentar. De 11 biliões de USD em 1998, passou para 12,6 biliões em 1999 e para 14,5 biliões em 2000 e em 2001, aumentando em 17,7%, de 14,5 para 17 biliões de dólares. Este aumento da despesa teve por objectivo aumentar os salários dos militares, com vista a cativar e contratar efectivos capazes, que de uma forma crescente têm sido atraídas para o sector privado. Por outro lado, parte dos custos com pessoal, incluídos no orçamento, demonstram ter sido uma compensação pelo encerramento das empresas comerciais administradas pelo EPL, agora transferidas para o controlo civil. Uma vez paga, esta compensação, é possível que este tipo de gastos possa decrescer no futuro.

No obstante isto, o valor real dos gastos militares da China, permanece um mistério, sendo os actuais gastos estimados serem três vezes superiores aos números oficiais, devido a verbas que se encontram inscritas em mais de um Ministério. Estão neste caso, verbas destinadas à aquisição (procurement), à investigação, ao desenvolvimento e às pensões do pessoal reformado que foram incluídas no orçamento nacional. Estima-se que, em 2000, os gastos militares reais da China tenham sido de 42 biliões de USD, ou seja, aproximadamente de 5,3 % do seu PIB.

e. As Industrias de Defesa

A política de reformas económicas empreendida na China atingiu igualmente o sector das indústrias de defesa, tendo o Governo Chinês, em Julho de 1999, aprovado a transformação de cinco empresas de Defesa e Tecnologia em dez novas empresas, o que representa um importante passo para o fomento da estrutura da ciência e tecnologia na defesa nacional.

A China dispõe de infraestruturas de grande dimensão e bem equipadas para o desenvolvimento e produção de mísseis balísticos.

A indústria chinesa de armamento tem mostrado incapacidade para produzir sistemas de armas de tecnologia avançada, o que a torna dependente do exterior, designadamente em aviões da Rússia e assistência técnica de Israel.

A China está progressivamente a reduzir esta vulnerabilidade, investindo decisivamente em equipamento de alta tecnologia, incrementando a cooperação com outros países.

f. O Exército Popular de Libertação**(1) Generalidades**

O Exército Popular de Libertação é constituído pelo Exército de Terra, Armada, Força Aérea e Forças Estratégicas (arsenal nuclear e mísseis estratégicos)

(2) Exército de Terra

O Exército conta com cerca de:1.600.000 homens onde se incluem cerca de 800.000 conscritos. O equipamento principal comporta: 5.000 viaturas de combate de infantaria, 9.200 carros de combate de diversos modelos,17.000 peças de artilharia (incluindo 3.000 SLFM) e 180 helicópteros

Encontra-se organizado em 7 Regiões Militares, que estão subdivididas em 28 Distritos Militares e 4 Comandos de Guarnição.

(3) A Armada

A Armada chinesa tem aproximadamente 250.000 efectivos, incluindo a Guarda Costeira, 26.000 membros da Aviação Naval e 10.000 Marines. Dos seus navios principais destacam-se: 69 submarinos e cerca de 700 navios de guerra, patrulhas, navios costeiros e outros

(4) A Força Aérea

A Força Aérea conta cerca de 420.000 homens (incluindo as forças estratégicas e as forças de defesa aérea). Possui 2.900 aviões de combate e alguns helicópteros de combate (300). Cumpre principalmente as missões tácticas de apoio às forças terrestres, existindo também três Regimentos com missões de ataque estratégico equipados com armas nucleares.

g. Modernização e reestruturação das Forças Armadas

A publicação “China’s Nacional Defence” de Outubro de 2000, aponta as prioridades políticas e de reestruturação para os próximos cinco anos e, embora não contenha informações específicas de como atingir aqueles intentos, dá muito ênfase à necessidade de modernização, a qual, abrange fundamentalmente os seguintes factores:

- redução da dependência dos conscritos, tendo por objectivo passar o pessoal militar de 82% para 65%;
- reforma das forças de terra, com a criação das chamadas “Fist Formations” destinadas a reagir rapidamente a conflitos externos e internos, e com a reorganização de alguns Grupos de Exército, para uma estrutura mais flexível;
- reforço da capacidade naval e da eficácia aérea, através da aquisição ou produção de novos equipamentos;
- desenvolvimento de uma estratégia de combate aos transportadores;
- reforço e melhoria da frota de submarinos;
- desenvolvimento da guerra da informação;
- reforço do programa de modernização de armas estratégicas.

h. Avaliação do poder militar chinês

(1) Potencialidades

A China dispõe de capacidade de defesa do território continental contra todas as ameaças existentes ou previsíveis.

Possui capacidade ofensiva terrestre, individualmente, contra pequenos países fronteiriços, (Vietname, Myanmar, Butão e Nepal), mas precisa de encontrar uma logística ajustada para este tipo de guerra. Os problemas logísticos, conjugados com a necessidade de manter a segurança ao longo da fronteira com a Rússia, Índia e Paquistão constituem as maiores inibições para a China desenvolver acções ofensivas.

As capacidades militares da China continuam a aumentar significativamente, mas por enquanto podem constituir um alvo, por exemplo, no estreito de Taiwan onde os mísseis rústicos da ilha causariam danos sérios, se não dispuserem de capacidade para desembarques anfíbios.

A China continua a desenvolver um esforço no aumento do raio de acção dos seus mísseis balísticos.

O factor militar é utilizado como factor de poder para a política externa, mas constitui também um factor de unidade nacional.

Em breve, a China será impenetrável, protegida de um ataque externo da Rússia, mas com pouca capacidade ofensiva contra nações.

(2) Limitações e vulnerabilidades

Actualmente, a capacidade da China para a projecção de poder está limitada pelo nível do seu equipamento. Nos últimos anos, a China tem-se preocupado em modernizar os seus equipamentos militares em cooperação com a Rússia, mas também com países detentores da alta tecnologia como a França e Israel.

As dificuldades existentes na indústria de defesa implicam uma dependência do exterior, principalmente no referente à aquisição de materiais.

O processo de modernização do EPL está dependente do desenvolvimento económico do país e da aquisição de tecnologia e de equipamento a países estrangeiros, pois a China carece de infraestruturas industriais adequadas para a construção de alguns meios bélicos, constituindo esta fragilidade uma vulnerabilidade que limita a capacidade de desenvolvimento das suas forças militares, no curto prazo.

Comparativamente com os EUA e com a Rússia, a capacidade de mísseis estratégicos da China é ainda limitada. Possui cerca de 400 ogivas nucleares, das quais só 25 a 30 estão operacionais a tempo inteiro.

A China possui apenas um submarino de propulsão nuclear com mísseis balísticos (SSBN), que nem sempre está operacional.

A China não dispõe, ainda, de efectivos navais, ou de uma Força Aérea, capazes de projectar um ataque contra Taiwan ou o Japão e pode não sustentar uma presença militar no Mar Meridional da China contra a 7ª Esquadra dos EUA.

(Extracto de Trabalho do CSCD / 2002 – IAEM)

ANEXO B – QUADROS ESTATÍSTICOS

CHINE

525

PIB > 1 417 000 millions de \$

Nature du régime > république populaire. 23 provinces, 5 régions autonomes, 4 grandes municipalités

Chef d'État > Hu Jintao

Chef de gouvernement > Wen Jiabao

Capitale > Pékin

Membre d'organisations internationales > APEC, OMC, ONU

Site Internet gouvernemental > www.fmprc.gov.cn

Données démographiques

Superficie > 9 596 960 km²
Population > 1 288 400 000 hab.
Densité > 134 hab./km²
Population urbaine > 39 %
Part des moins de 15 ans > 23,6 %
Indice de fécondité > 1,9
Taux de natalité > 15 ‰
Taux de mortalité > 8 ‰
Taux de mortalité infantile > 30 ‰
Espérance de vie
> femmes : 73 ans > hommes : 69 ans

Économie et commerce

Monnaie > yuan
Part du PIB mondial > 3,88 %
PIB/hab. > 1 100 \$/hab.
Croissance 1990-2003 > 9,6 %
Croissance en 2004 > 9 %
Solde budgétaire > - 2,4 % du PIB
Taux d'inflation > 3,8 %
Taux de chômage > 4 %
Structure du PIB
> primaire : 15 % > secondaire : 52 %
> tertiaire : 33 %
Dette publique > 12,7 % du PIB
Rating financier > A3
Importations > 413 062 millions de \$
Principaux fournisseurs
> Japon : 16,1 % > Taiwan : 10,9 % > Corée du Sud : 10,4 %
Exportations > 437 899 millions de \$
Principaux clients
> É.-U. : 22,8 % > Hong-Kong : 16,2 % > Japon : 12,4 %
Balance commerciale > 24 837 millions de \$
Taux de couverture énergétique > 99,9 %
Consommation d'énergie/hab. > 960 kgep
Recherche et développement > 1,23 % du PIB
Réserves officielles > 416 199 millions de \$
Investissements étrangers directs > 53 505 millions de \$
Investissements > 44 % du PIB
APD (receveur) > 0,1 % du PNB

Activités économiques principales

Agriculture (rang mondial)
> riz (1) > blé (1) > pomme de terre > hévéa (5)

> coton (1) > pêche (1) > soja (4) > betterave à sucre (8) > canne à sucre (3) > vin (6) > arachide (1)

Industrie (rang mondial)

> acier (1) > équipements industriels
> automobile (6) > pétrole (6) > électricité (2)
> aluminium (1) > cuivre (7) > houille (1) > or (5)
> argent (4) > gaz naturel
Tourisme (recettes) > 18 707 millions de \$

Société et éléments de niveau de vie**Langue(s) principale(s)**

> mandarin > huit dialectes > 55 minorités nationales avec leur propre langue

Religion(s)

> athées (off.) > taoïstes > bouddhistes
> musulmans > chrétiens

Alphabétisation > 90,9 %

Nombre de médecins > 1,44 / 1 000 hab.

Budget éducation > nc

Budget santé > 2 % du PIB

Équipements (pour 1 000 hab.)

> automobiles : 7 > télévisions : 350 > lignes téléphoniques : 209 > tél. portables : 215
> ordinateurs : 28 > utilisateurs Internet : 63

Transports

> chemins de fer : 60 627 km > routes : 1 765 222 km > transports aériens : 332 aéroports ; 86 041 milliers de passagers

Défense

Effectif total > 2 250 000

Budget > 25 000 millions de \$

Dépenses militaires > 1,75 % du PNB

Évolution du budget de la Défense > + 11,89 %

Dépenses militaires par habitant > 19 \$

Dépenses militaires par militaire > 11 111 \$

Valeur absolue > +

Valeur locale > + +

Armée de terre

> effectifs : 1 600 000 > véhicules blindés : 7 500 chars

Forces aériennes

> effectifs : 400 000 > avions de combat : 1 900 (+ 350 aéronavale)

Marine

> effectifs : 255 000 > sous-marins : 66

> destroyers : 21 > frégates : 42

Tendance évolution > +

ASIE

CORÉE DU NORD

PIB : 22 260 millions de \$
 Nature du régime : république populaire, 9 provinces, 4 municipalités
 Secrétaire général du Parti du travail de Corée : Kim Jong-il
 Chef d'Etat : Pak Pong-ju
 Chef de gouvernement : Hong Song-nam
 Capitale : Pyongyang
 Membre d'organisations internationales : ONU
 Site Internet gouvernemental : nc

Données démographiques

Superficie : 120 538 km²
 Population : 22 600 000 hab.
 Densité : 187 hab./km²
 Part des moins de 15 ans : 61 %

Indice de fécondité : 25,7 %

Taux de natalité : 21 ‰

Taux de mortalité : 17 ‰

Taux de mortalité infantile : 11 ‰

Esperance de vie : 42 ‰

Hommes : 66 ans

Femmes : 61 ans

Monnaie : won nord-coréen

Part du PIB mondial : 0,07 %

PIB/hab. : 959 \$/hab.

Croissance 1990-2003 : nc

Croissance en 2004 : 1,0 %

Salde budgétaire : nc

Taux d'inflation : nc

Taux de chômage : nc

Structure du PIB : primaire : 30 %

secondaire : 32 %

tertiaire : 37 %

Dettes publiques : nc

Rating financier : D

Importations : 2 049 millions de \$

Principaux fournisseurs : Chine : 32,9 %

Thaïlande : 10,7 %

Japon : 4,8 %

Evolution du budget de la Défense : 1 066 millions de \$

Principaux clients : Chine : 29,9 %

Corée du Sud : 24,1 %

Japon : 13,2 %

Balance commerciale : - 983 millions de \$

Taux de couverture énergétique : 94,2 %

Consommation d'énergie/hab. : 865 kgep

Recherche et développement : nc

Réserves officielles : nc

Investissements étrangers directs : nc

Investissements : nc

APD (receveur) : nc

Activités économiques principales

Agriculture : riz, maïs, pomme de terre, houille

Industrie : industrie militaire

Équipements industriels

Électricité

nc

Tourisme (recettes) : nc

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s) : coréen

Religions : bouddhistes, confucianistes

Alphabétisation : 99 %

Nombre de médecins : 2,97 / 1 000 hab.

Budget éducation : nc

Budget santé : 3,5 % du PIB

Équipements (pour 1 000 hab.) : nc

Automobiles : nc

Télévisions : 160

Lignes téléphoniques : 41

Tél. portables : 0

Ordinateurs : nc

Utilisateurs Internet : nc

Transports : chemins de fer : 5 214 km

routes : 31 200 km

transports aériens : 35

aéroports : 75

milliers de passagers

Défense

Effectif total : 1 106 000

Budget : 1 800 millions de \$

Dépenses militaires : 8,18 % du PNB

Evolution du budget de la Défense : 1 106 millions de \$

Dépenses militaires par habitant : 80 \$

Dépenses militaires par militaire : 1 627 \$

Valeur absolue : +

Valeur locale : +

Armée de terre : effectifs : 950 000

véhicules blindés : 3500 chars

effectifs : 110 000

avions de combat : 580

effectifs : 46 000

sous-marins : 26

frégates : 3

Tendence évolution : -

CORÉE DU SUD

PIB : 605 331 millions de \$
 Nature du régime : république présidentielle, 6 municipalités, municipalité de la capitale, 9 provinces
 Chef d'Etat : Roh Moo-hyun
 Chef de gouvernement : Lee Hae-chan
 Capitale : Séoul
 Membre d'organisations internationales : APEC, OCDE, OMC, ONU
 Site Internet gouvernemental : www.mofat.go.kr

Données démographiques

Superficie : 99 260 km²
 Population : 47 900 000 hab.
 Densité : 483 hab./km²
 Part des moins de 15 ans : 84 %

Indice de fécondité : 20,7 %

Taux de natalité : 1,8 ‰

Taux de mortalité : 12 ‰

Taux de mortalité infantile : 7 ‰

Esperance de vie : 5 ‰

Femmes : 80 ans

Hommes : 72 ans

Monnaie : won sud-coréen

Part du PIB mondial : 1,7 %

PIB/hab. : 12 638 \$/hab.

Croissance 1990-2003 : 5,5 %

Croissance en 2004 : 3,1 %

Salde budgétaire : + 0,2 % du PIB

Taux d'inflation : 3,1 %

Taux de chômage : primaire : 3 %

secondaire : 35 %

tertiaire : 62 %

Dettes publiques : 15,8 % du PIB

Rating financier : A2

Importations : 178 827 millions de \$

Principaux fournisseurs : Japon : 21,6 %

E.-U. : 12,7 %

Chine : 12,3 %

Evolution du budget de la Défense : 193 817 millions de \$

Principaux clients : Chine : 22,4 %

E.-U. : 17,8 %

Japon : 8,3 %

Hong-Kong : 4,9 %

Balance commerciale : 14 990 millions de \$

Taux de couverture énergétique : 17,6 %

Consommation d'énergie/hab. : 4 272 kgep

Recherche et développement : 2,91 % du PIB

Réserves officielles : 155 472 millions de \$

Investissements étrangers directs : 3 222 millions de \$

Investissements : 26 % du PIB

APD : - 0,1 % du PNB

(remboursement de la dette)

Activités économiques principales

Agriculture : riz, racines, orge

Industrie (rang mondial) : électronique

automobile [5]

pétrochimie

acier [3]

électricité [10]

6 903 millions de \$

Tourisme (recettes) : nc

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s) : coréen

Religions : chrétiens : 26 %

bouddhistes : 26 %

Alphabétisation : 97,9 %

Nombre de médecins : 1,4 / 1 000 hab.

Budget éducation : 4,3 % du PIB

Budget santé : 2,4 % du PIB

Équipements (pour 1 000 hab.) : automobiles : 205

télévisions : 458

lignes téléphoniques : 538

tél. portables : 701

ordinateurs : 558

utilisateurs Internet : 610

Transports : chemins de fer : 3 129 km

routes : 86 990 km

transports aériens : 69

aéroports : 33 334

milliers de passagers

Défense

Effectif total : 687 000

Budget : 16 400 millions de \$

Dépenses militaires : 2,71 % du PNB

Evolution du budget de la Défense : 23 872 \$

Dépenses militaires par habitant : 342 \$

Dépenses militaires par militaire : 23 872 \$

Valeur absolue : +

Valeur locale : +

Armée de terre : effectifs : 560 000

véhicules blindés : 2 300 chars

effectifs : 45 000

avions de combat : 520

effectifs : 63 000

sous-marins : 9

destroyers : 6

Tendence évolution : +

ÉTATS-UNIS

PIB › 10 948 547 millions de \$
Nature du régime › république présidentielle. 50 États, 1 district
Chef d'État › George Walker Bush
Chef de gouvernement › George Walker Bush
Capitale › Washington, DC
Membre d'organisations internationales › ALENA, ANZUS, APEC, OCDE, OEA, OMC, ONU, OSCE, OTAN
Site Internet gouvernemental › www.state.gov

Données démographiques

Superficie › 9 363 520 km²
 Population › 290 800 000 hab.
 Densité › 32 hab./km²
 Population urbaine › 78 %
 Part des moins de 15 ans › 21 %
 Indice de fécondité › 2
 Taux de natalité › 14 ‰
 Taux de mortalité › 9 ‰
 Taux de mortalité infantile › 7 ‰
 Espérance de vie › femmes : 80 ans
 › hommes : 77 ans

Économie et commerce

Monnaie › \$ américain
 Part du PIB mondial › 30,02 %
 PIB/hab. › 37 749 \$/hab.
 Croissance 1990-2003 › 3,3 %
 Croissance en 2004 › 4,4 %
 Solde budgétaire › - 3,9 % du PIB
 Taux d'inflation › 2,7 %
 Taux de chômage › 5,8 %
 Structure du PIB
 › primaire : 2 %
 › secondaire : 23 %
 › tertiaire : 75 %
 Dette publique › 36,9 % du PIB
 Rating financier › A1
 Importations › 1 303 050 millions de \$
 Principaux fournisseurs › Canada : 17,4 %
 › Chine : 12,5 %
 › Mexique : 10,7 %
 Exportations › 723 805 millions de \$
 Principaux clients › Canada : 23,4 %
 › Mexique : 13,5 %
 › Japon : 7,2 %
 Balance commerciale › - 579 245 millions de \$
 Taux de couverture énergétique › nc
 Consommation d'énergie/hab. › 7 943 kgep
 Recherche et développement › 2,62 % du PIB
 Réserves officielles › 184 024 millions de \$
 Investissements étrangers directs › 39 633 millions de \$
 Investissements › 18,4 % du PIB
 APD (donneur) › 0,15 % du PNB

Activités économiques principales

Agriculture (rang mondial)
 › blé (4) › maïs › soja (1) › coton (2) › pêche (3)
 › betterave à sucre (3) › canne à sucre (8) › vin (4)
Industrie (rang mondial)
 › pétrole › acier › automobile (1)
 › aéronautique › pétrochimie › aluminium (4)
 › uranium (9) › cuivre (3) › électricité (1) › gaz naturel (2) › or (2) › argent (5) › houille (2)
Tourisme (recettes) › 99 816 millions de \$

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s) › anglais
Religion(s) › protestants : 56 %
 › catholiques : 28 %
 › 99 %
Alphabétisation › 99 %
Nombre de médecins › 2,8 / 1 000 hab.
Budget éducation › 5,7 % du PIB
Budget santé › 6,6 % du PIB
Équipements (pour 1 000 hab.)
 › automobiles : nc › télévisions : 938 › lignes téléphoniques : 621 › tél. portables : 543
 › ordinateurs : 659 › utilisateurs Internet : 551
Transports
 › chemins de fer : 141 961 km › routes : 6 378 254 km › transports aériens : 5 128 aéroports ; 588 997 milliers de passagers

Défense

Effectif total › 1 433 000
Budget › 453 600 millions de \$
Dépenses militaires › 4,16 % du PNB
Évolution du budget de la Défense › + 12 %
Dépenses militaires par habitant › 1559 \$
Dépenses militaires par militaire › 316 159 \$
Valeur absolue › ++
Valeur locale › ++
Armée de terre
 › effectifs : 502 000 › véhicules blindés : 7 600
Forces aériennes
 › effectifs : 380 000 › avions de combat : 3 000
 [+140 aéronaval › + 400 Marines]
Marine
 › sous-marins : 54 › porte-avions : 11
 › croiseurs : 27
Forces nucléaires
 › SNLE : 18 › ICBM : 550 › bombardiers : 114
Garde nationale
 › effectifs : 456 000
Tendance évolution › +

PIB > 600 637 millions de \$
Nature du régime > république parlementaire. 28 États, 7 territoires
Chef d'État > Abdul Kalam
Chef de gouvernement > Manmohan Singh
Capitale > New Delhi
Membre d'organisations internationales > Commonwealth, IOR-ARC, OMC, ONU, SAARC
Site Internet gouvernemental > www.meaindia.nic.in

Données démographiques

Superficie > 3 287 590 km²
 Population > 1 064 400 000 hab.
 Densité > 324 hab./km²
 Population urbaine > 28 %
 Part des moins de 15 ans > 32,4 %
 Indice de fécondité > 2,9
 Taux de natalité > 24 ‰
 Taux de mortalité > 8 ‰
 Taux de mortalité infantile > 63 ‰
 Espérance de vie > femmes : 64 ans
 > hommes : 62 ans

Économie et commerce

Monnaie > roupie indienne
 Part du PIB mondial > 1,65 %
 PIB/hab. > 565 \$/hab.
 Croissance 1990-2003 > 5,9 %
 Croissance en 2004 > 7 %
 Solde budgétaire > - 9,2 % du PIB
 Taux d'inflation > 5 %
 Taux de chômage > nc
 Structure du PIB > primaire : 22 %
 > secondaire : 27 %
 > tertiaire : 51 %
 Dette publique > 64,5 % du PIB
 Rating financier > A3
 Importations > 70 707 millions de \$
 Principaux fournisseurs > É.-U. : 7 %
 > Belgique : 6,1 %
 > Chine : 5,9 %
 > Singapour : 4,8 %
 Exportations > 55 982 millions de \$
 Principaux clients > É.-U. : 18,4 %
 > Chine : 7,8 %
 > Émirats arabes unis : 6,7 %
 > R.-U. : 4,8 %
 Balance commerciale > - 14 725 millions de \$
 Taux de couverture énergétique > 82,4 %
 Consommation d'énergie/hab. > 513 kgep
 Recherche et développement > 0,78 % du PIB
 Réserves officielles > 103 737 millions de \$
 Investissements étrangers directs > 4 269 millions de \$
 Investissements > 24 % du PIB
 APD (receveur) > 0,2 % du PNB

Activités économiques principales

Agriculture (rang mondial)
 > riz [2] > blé [2] > coton [3] > hévéa [3] > pêche [7] > soja [5] > canne à sucre [2]
Industrie (rang mondial)
 > pétrochimie > textile > agroalimentaire > acier [9] > électricité [7] > aluminium [10] > houille [3]
Tourisme (recettes) > nc

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s)
 > anglais > 15 langues officielles
Religion(s)
 > hindouistes : 81,3 % > musulmans : 12 %
 > chrétiens : 2,3 % > sikhs : 1,9 %
Alphabétisation > 59,5 %
Nombre de médecins > 0,41 / 1 000 hab.
Budget éducation > 4,1 % du PIB
Budget santé > 1,3 % du PIB
Équipements (pour 1 000 hab.)
 > automobiles : 6 > télévisions : 83 > lignes téléphoniques : 46 > tél. portables : 25
 > ordinateurs : 7 > utilisateurs Internet : 17
Transports
 > chemins de fer : 63 140 km > routes : 3 315 231 km > transports aériens : 234 aéroports : 19 456 milliers de passagers

Défense

Effectif total > 1 325 000
Budget > 19 100 millions de \$
Dépenses militaires > 3,22 % du PNB
Évolution du budget de la Défense > + 13,38 %
Dépenses militaires par habitant > 18 \$
Dépenses militaires par militaire > 14 415 \$
Valeur absolue > +
Valeur locale > ++
Armée de terre > effectifs : 1 100 000
 > véhicules blindés : 3 000 chars
Forces aériennes
 > effectifs : 170 000 > avions de combat : 650 [+ forces aéronavales]
Marine
 > effectifs : 55 000 > sous-marins : 16 > porte-avions : 1 > destroyers : 8
Forces nucléaires > IRBM et avions
Tendance évolution > +

JAPON

531

PIB > 4 300 858 millions de \$
Nature du régime > monarchie parlementaire. 47 préfectures
Chef d'État > empereur Akihito
Chef de gouvernement > Junichiro Koizumi
Capitale > Tokyo
Membre d'organisations internationales > APEC, OCDE, OMC, ONU
Site Internet gouvernemental > www.mofa.go.jp

Données démographiques

Superficie > 377 800 km²
 Population > 127 600 000 hab.
 Densité > 338 hab./km²
 Population urbaine > 79 %
 Part des moins de 15 ans > 14,2 %
 Indice de fécondité > 1,3
 Taux de natalité > 9 ‰
 Taux de mortalité > 8 ‰
 Taux de mortalité infantile > 3 ‰
 Espérance de vie > femmes : 85 ans
 > hommes : 78 ans

Économie et commerce

Monnaie > yen
 Part du PIB mondial > 11,8 %
 PIB/hab. > 33 706 \$/hab.
 Croissance 1990-2003 > 1,2 %
 Croissance en 2004 > 3,8 %
 Solde budgétaire > - 7,5 % du PIB
 Taux d'inflation > - 0,1 %
 Taux de chômage > 5,4 %
 Structure du PIB > primaire : 1 %
 > secondaire : 30 %
 > tertiaire : 68 %
 Dette publique > nc
 Rating financier > A1
 Importations > 382 930 millions de \$
 Principaux fournisseurs > Chine : 20,7 %
 > É.-U. : 14 %
 > Corée du Sud : 4,9 %
 > Australie : 4,3 %
 Exportations > 471 817 millions de \$
 Principaux clients > É.-U. : 22,7 %
 > Chine : 13,1 %
 > Corée du Sud : 7,8 %
 > Taiwan : 7,4 %
 Balance commerciale > 88 887 millions de \$
 Taux de couverture énergétique > 20 %
 Consommation d'énergie/hab. > 4 058 kgep
 Recherche et développement > nc
 Réserves officielles > 673 554 millions de \$
 Investissements étrangers directs > 6 238 millions de \$
 Investissements > 24 % du PIB
 APD (donneur) > 0,2 % du PNB

Activités économiques principales

Agriculture (rang mondial)
 > riz [10]
 > betterave à sucre
 > légumes
 > café [6]
 > pêche [6]
 Industrie (rang mondial)
 > automobile [2] > électronique > équipements industriels > acier [2] > électricité [3] > nickel [2]
 Tourisme (recettes) > 11 475 millions de \$

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s) > japonais
 Religion(s) > shintoïstes et bouddhistes : 84 %
 Alphabétisation > 99 %
 Nombre de médecins > 1,9 / 1 000 hab.
 Budget éducation > 3,6 % du PIB
 Budget santé > 6,5 % du PIB
 Équipements (pour 1 000 hab.)
 > automobiles : 428 > télévisions : 785 > lignes téléphoniques : 472 > tél. portables : 679
 > ordinateurs : 382 > utilisateurs Internet : 483
 Transports
 > chemins de fer : 20 096 km > routes : 1 171 647 km > transports aériens : 143 aéroports ; 103 606 milliers de passagers

Défense

Effectif total > 240 000
 Budget > 45 100 millions de \$
 Dépenses militaires > 1,04 % du PNB
 Évolution du budget de la Défense > + 8,9 %
 Dépenses militaires par habitant > 355 \$
 Dépenses militaires par militaire > 187 917 \$
 Valeur absolue > ++
 Valeur locale > ++
 Armée de terre > effectifs : 148 000
 > véhicules blindés : 1 000 chars
 Forces aériennes > effectifs : 45 000
 > avions de combat : 270
 Marine > effectifs : 44 000
 > sous-marins : 16
 > frégates : 9
 > destroyers : 45
 Tendance évolution > +

ASIE

RUSSIE

231

PIB > 432 855 millions de \$
Nature du régime > république présidentielle. 89 « sujets de la fédération »
Chef d'État > Vladimir Poutine
Chef de gouvernement > Mikhaïl Fradkov
Capitale > Moscou
Membre d'organisations internationales > APEC, CEI, CEMB, CEMN, Conseil de l'Europe, ONU, OSCE
Site Internet gouvernemental > www.mid.ru

Données démographiques

Superficie > 17 075 400 km²
Population > 143 400 000 hab.
Densité > 8 hab./km²
Population urbaine > 73 %
Part des moins de 15 ans > 16,3 %
Indice de fécondité > 1,3
Taux de natalité > 10 ‰
Taux de mortalité > 12 ‰
Taux de mortalité infantile > 16 ‰
Espérance de vie > femmes : 72 ans
 > hommes : 59 ans

Économie et commerce

Monnaie > rouble
Part du PIB mondial > 1,18 %
PIB/hab. > 3 018 \$/hab.
Croissance 1990-2003 > - 1,8 %
Croissance en 2004 > 7,5 %
Solde budgétaire > + 2,5 % du PIB
Taux d'inflation > 10,4 %
Taux de chômage > 8,6 %
Structure du PIB > primaire : 5 %
 > secondaire : 34 %
 > tertiaire : 61 %
Dette publique > 41,3 % du PIB
Rating financier > B
Importations > 74 231 millions de \$
Principaux fournisseurs > Allemagne : 16,7 %
 > Chine : 7,1 %
 > Ukraine : 6,7 %
Exportations > 134 377 millions de \$
Principaux clients > Allemagne : 8,4 %
 > Pays-Bas : 6,7 %
 > Chine : 7,1 %
Balance commerciale > + 60 146 millions de \$
Taux de couverture énergétique > 160,3 %
Consommation d'énergie/hab. > 4 288 kgep
Recherche et développement > 1,16
Réserves officielles > 150 milliards de \$
Investissements étrangers directs > 7 958 millions de dollars
Investissements APD (receveur) > 18,3 % du PIB
 > 0,3 % du PNB

Activités économiques principales

Agriculture (rang mondial)
 > betterave à sucre (4) > tournesol > légumes
 > blé (4) > pêche (9) > soja (10) > bovin (10)
Industrie (rang mondial)
 > charbon > pétrole (2) > gaz naturel (1)
 > uranium (4) > acier (4) > aluminium (2) > cuivre (8)
 > électricité (5) > argent (10) > nickel (1)
Tourisme (recettes) > 4 188 millions de \$

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s) > russe
Religion(s) > orthodoxes
 > musulmans
Alphabétisation > 99,6 %
Nombre de médecins > 4,21 / 1 000 hab.
Budget éducation > 3,1 % du PIB
Budget santé > 3,5 % du PIB
Équipements (pour 1 000 hab.)
 > automobiles : 132 > télévisions : 538 > lignes téléphoniques : 242 > tél. portables : 249
 > ordinateurs : 89 > utilisateurs Internet : 41
Transports
 > chemins de fer : 85 542 km > routes : 537 289 km > transports aériens : 585 aéroports : 22 723 milliers de passagers

Défense

Effectif total > 1 210 000
Budget > 19 000 millions de \$
Dépenses militaires > 2,64 % du PNB
Évolution du budget de la Défense > + 126,46 %
Dépenses militaires par habitant > 132 \$
Dépenses militaires par militaire > 15 702 \$
Valeur absolue > +
Valeur locale > ++
Armée de terre
 > effectifs : 360 000 > véhicules blindés : 22 000
Forces aériennes
 > effectifs : 184 000 > avions de combat : 1700 (+ 260 aéronavales)
Marine
 > effectifs : 155 000 > sous-marins : 37 > porte-avions : 1 > croiseurs : 6
Forces nucléaires
 > 14 SNLE, 635 ICBM (100 000 hommes dans les troupes de missiles), 80 bombardiers
Tendance évolution > +

RUSSIE ET CEI

TAIWAN

PIB > 281 900 millions de \$

Nature du régime > république à régime semi-présidentiel, 5 municipalités, 2 municipalités spéciales, 16 districts

Chef d'État > Chen Shui-bian

Chef de gouvernement > Frank Hsieh

Capitale > Taipei

Membre d'organisations internationales > APEC, OMC

Site Internet gouvernemental > www.mofa.gov.tw

Données démographiques

Superficie	> 36 188 km ²
Population	> 22 521 000 hab.
Densité	> 622 hab./km ²
Population urbaine	> 75 %
Part des moins de 15 ans	> 20,1 %
Indice de fécondité	> 1,4
Taux de natalité	> 11 ‰
Taux de mortalité	> 5,7 ‰
Taux de mortalité infantile	> 6,1 ‰
Espérance de vie	> femmes : 79 ans > hommes : 73 ans

Économie et commerce

Monnaie	> dollar de Taiwan
Part du PIB mondial	> 1,37 %
PIB/hab.	> 19 625 \$/hab.
Croissance 1990-2003	> 5,4 %
Croissance en 2004	> 5,9 %
Solde budgétaire	> - 2,7 % du PIB
Taux d'inflation	> 1,8 %
Taux de chômage	> 5,1 %
Structure du PIB	> primaire : 2 % > secondaire : 31 % > tertiaire : 67 %
Dette publique	> 31 % du PIB
Rating financier	> A1
Importations	> 112 500 millions de \$
Principaux fournisseurs	> Japon : 26 % > É.-U. : 13 % > Chine (Hong-Kong inclus) : 11 %
Exportations	> 130 600 millions de \$
Principaux clients	> Chine (Hong-Kong inclus) : 37 % > É.-U. : 16 % > Japon : 7,7 %
Balance commerciale	> 18 100 millions de \$
Taux de couverture énergétique	> 2,9 %
Consommation d'énergie/hab.	> 3 930 kgep
Recherche et développement	> nc
Réserves officielles	> 166 304 millions de \$
Investissements étrangers directs	> 3 270 millions de \$
Investissements APD (donneur)	> 18,9 % du PIB > nc

Activités économiques principales

Agriculture	> riz > maïs > légumes
Industrie	> électronique > raffinage > pétrochimie > acier > caoutchouc
Tourisme (recettes)	> nc

Société et éléments de niveau de vie

Langue(s) principale(s)	> mandarin > taïwanais > bouddhistes > taoïstes > confucianistes > chrétiens
Religion(s)	> 96,1 %
Alphabétisation	> 1,5 / 1 000 hab.
Nombre de médecins	> 6,2 % du PIB
Budget éducation	> nc
Budget santé	> Équipements (pour 1 000 hab.) > automobiles : nc > télévisions : nc > lignes téléphoniques : 976 > tél. portables : nc > ordinateurs : 357 > utilisateurs Internet : 337
Transports	> chemins de fer : 1 108 km > routes : 35 931 km > transports aériens : 37 aéroports

Défense

Effectif total	> 290 000
Budget	> 7 500 millions de \$
Dépenses militaires	> 2,68 % du PNB
Évolution du budget de la Défense	> + 9,13 %
Dépenses militaires par habitant	> 331 \$
Dépenses militaires par militaire	> 25 862 \$
Valeur absolue	> +
Valeur locale	> +
Armée de terre	> effectifs : 200 000 > véhicules blindés : 850 chars
Forces aériennes	> effectifs : 45 000 > avions de combat : 440
Marine	> effectifs : 45 000 > sous-marins : 2 > destroyers : 11 > frégates : 21
Tendance évolution	> =

ANEXO C – ACORDO BILATERAL DE DEFESA PORTUGAL CHINA

**AGREEMENT OF COOPERATION
BETWEEN THE MINISTRY OF NATIONAL DEFENCE OF THE
PORTUGUESE REPUBLIC
AND THE MINISTRY OF NATIONAL DEFENCE
OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA**

The Ministry of National Defence of the Portuguese Republic and the Ministry of National Defence of the People's Republic of China, hereinafter referred to as "the Parties",

Reaffirming their devotion to the aims and principles of the United Nations Charter,

Conscious that cooperation in the defence field can decisively contribute to fostering the friendly relations existing between the two Countries,

Willing to intensify their bilateral defence relations based in the principles of friendship and cooperation,

Based on the principles of mutual respect for sovereignty, non-interference in the internal affairs of each country, mutual trust, equality and mutual benefit,

Have agreed as follows:

**ARTICLE 1
PURPOSE**

The purpose of the present Agreement is to promote the bilateral cooperation in the defence field on the basis of reciprocity and mutual benefit within the limits

of their respective competencies, as stated by the Portuguese and Chinese Laws.

ARTICLE 2

COOPERATION FIELDS

1. The cooperation between the Parties will be namely held in the following areas:
 - a) Talks on Defence and Security policies;
 - b) Fight against international terrorism;
 - c) Legislation regarding defence and armed forces;
 - d) Research and Development in the defence field;
 - e) Issues of environmental protection in the military field;
 - f) Exchange and training on UN Peace-Support Operations;
 - g) Social, cultural and sport activities.
2. The above-mentioned activities can be extended by mutual understanding between the Parties.
3. In order to implement the cooperation in the above-mentioned fields, or others, specific protocols or memorandums may be concluded by the Parties.

ARTICLE 3

COOPERATION FORMS

The cooperation between the Parties will be implemented in the following forms:

1. Official and working visits headed by representatives of the Parties;
2. Consultations between permanent or temporary working groups;
3. Visits to military facilities.

ARTICLE 4
JOINT COMMISSION

1. In order to implement the provisions of this Agreement, the Parties shall establish a Joint Commission.
2. The main task of this Joint Commission shall be the discussion and the following up of the cooperation established in the framework of this Agreement.
3. The Parties shall prepare the status of the Joint Commission, where the financial, logistical and technical aspects of this Agreement will be reflected.

ARTICLE 5
RELATIONS WITH OTHER INTERNATIONAL AGREEMENTS

This Agreement will not affect the commitments of each Party related to other international agreements.

ARTICLE 6
SETTLEMENT OF DISPUTES

Any dispute regarding the interpretation or the implementation of the provisions of this Agreement shall be settled between the Parties, through consultations.

ARTICLE 7
FINAL PROVISIONS

1. This Agreement is valid for a five year-period and will be automatically extended for one year-periods, if none of the Parties notifies, in written form,

at least six months before the expiring period of validity, its intention to denounce it.

2. In case of denouncing of this Agreement, specific agreements or protocols established under Article 2 shall remain into force and will be accomplished according to its provisions.
3. This Agreement can only be amended, in written form, with the consent of both Parties. These changes shall come into force according to the provisions settled in Article 8.

ARTICLE 8 ENTRY INTO FORCE

This Agreement will enter in force at the date of the receiving of the last written notification by the Parties, by which they confirm that internal legal procedures necessary for its entering into force are completed.

Signed on January 16th 2006, at Beijing, in two original copies, each in Portuguese, Chinese and English languages, all texts being equally authentic. In case of differences of interpretation the English text will prevail.

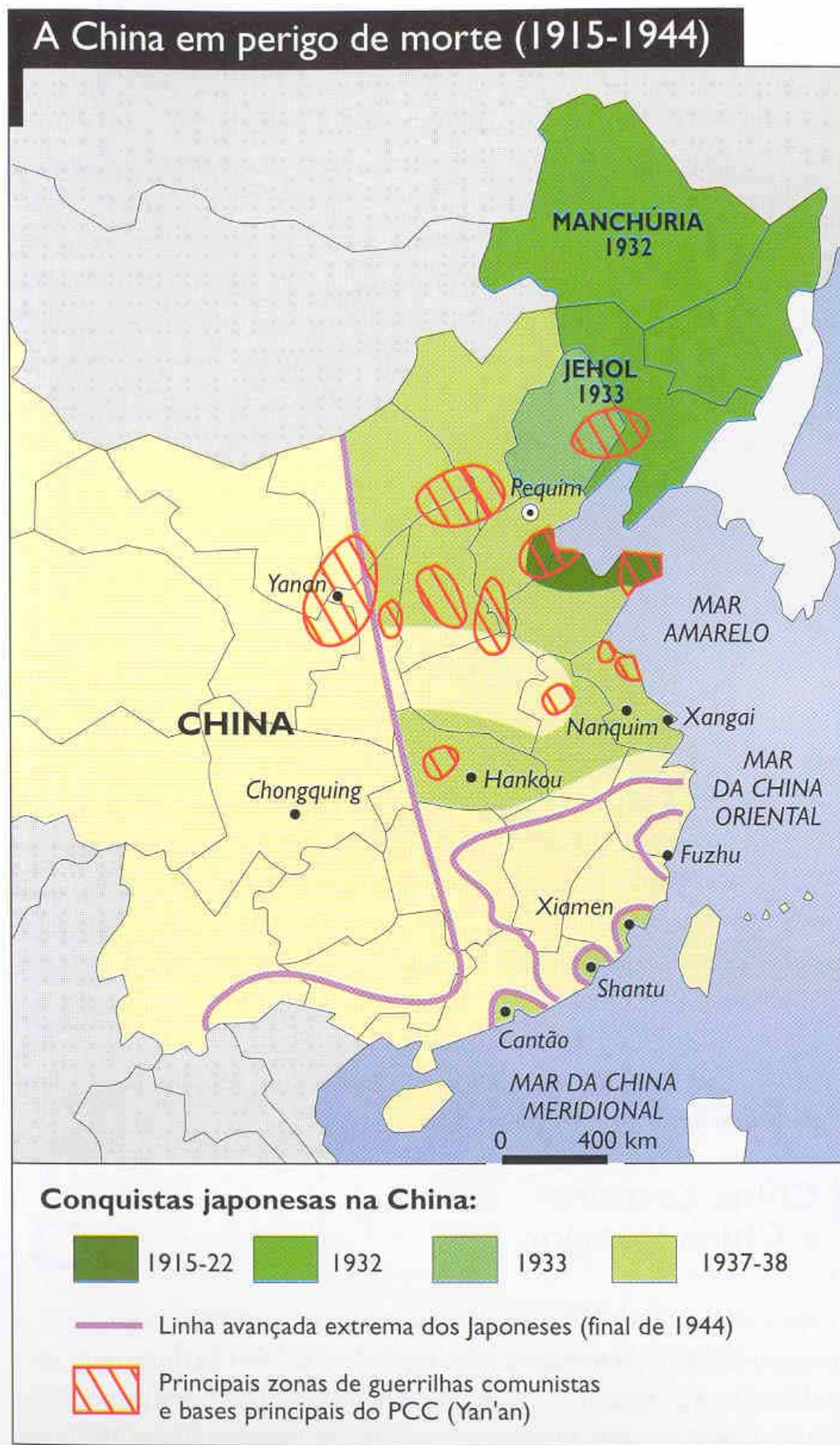
For The Portuguese Republic

For The People's Republic of China

Luís Filipe Marques Amado
Minister of National Defence

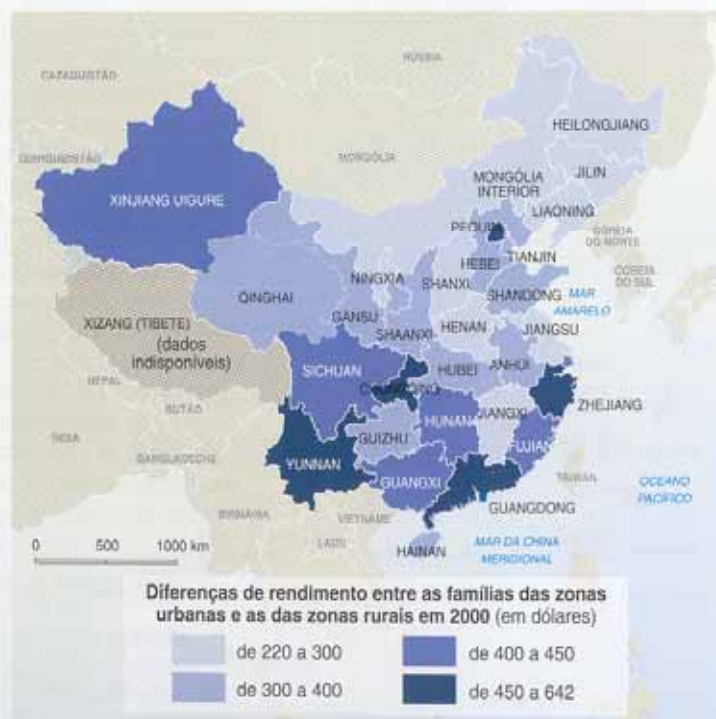
Cao Gangchuan
Minister of National Defence

ANEXO D – A CHINA EM PERIGO

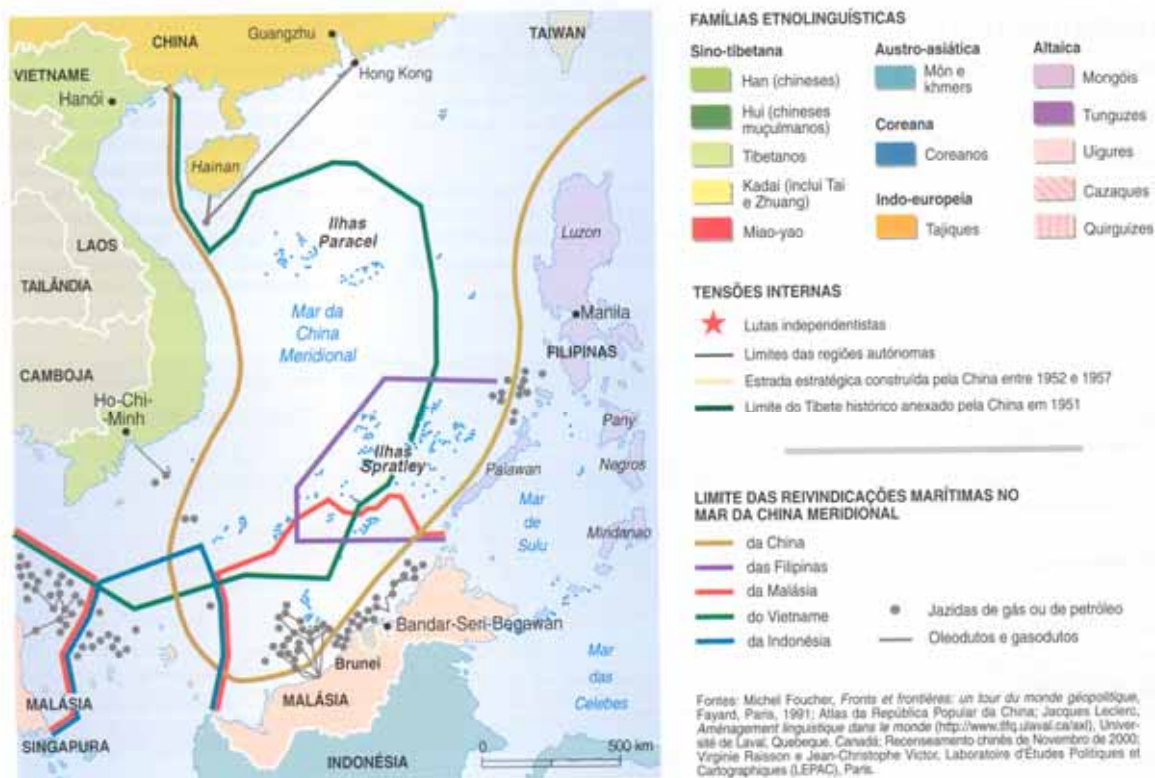


ANEXO E – DESIGUALDADES REGIONAIS

■ ENORMES DESIGUALDADES REGIONAIS



ANEXO F – CHINA ETNOLINGUISTICA



ANEXO G – COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

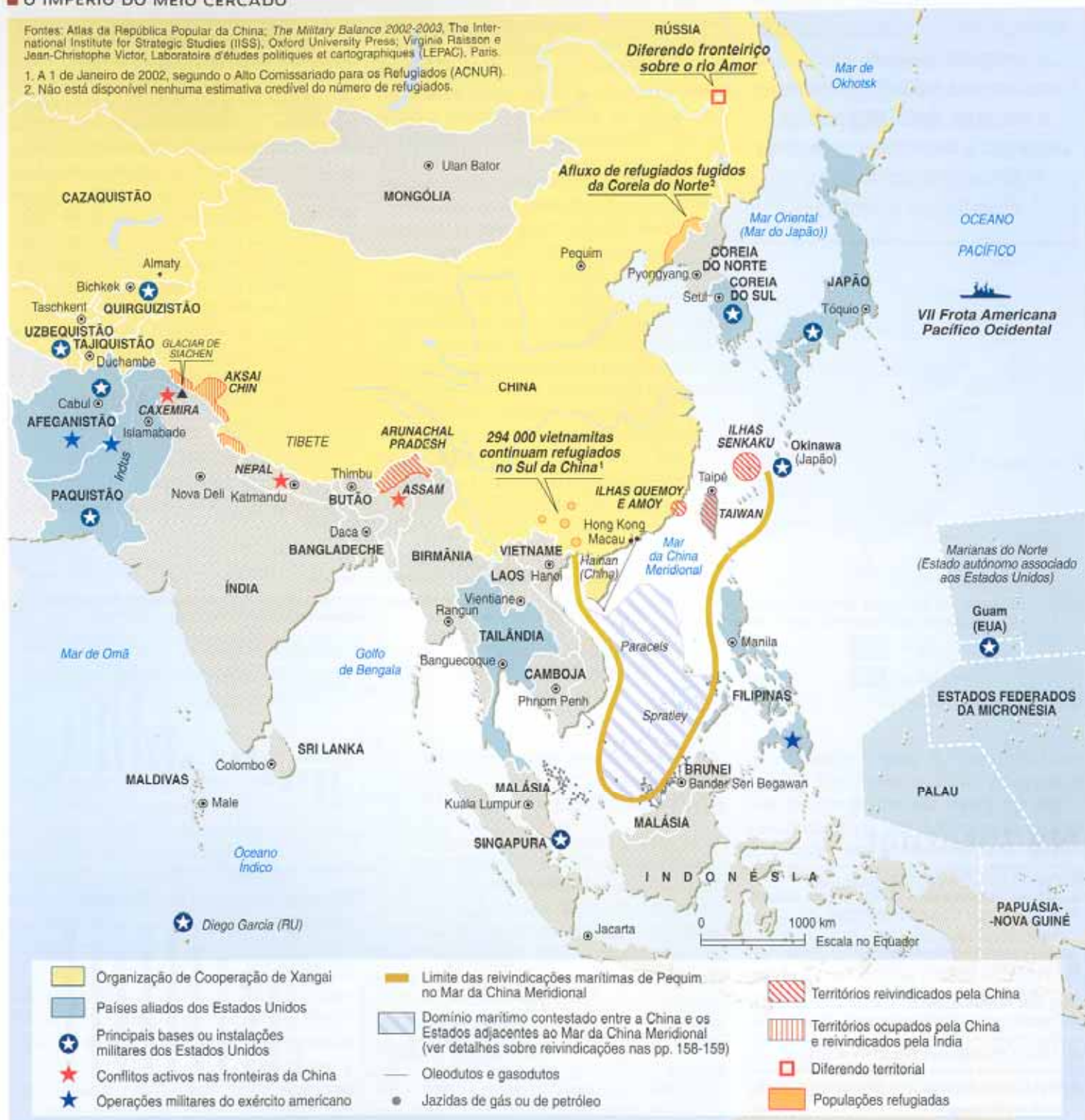
■ COMÉRCIO DE MERCADORIAS
E INVESTIMENTOS NA CHINA

ANEXO H – IMPÉRIO DO MEIO CERCADO

■ O IMPÉRIO DO MEIO CERCADO

Fontes: Atlas da República Popular da China; *The Military Balance 2002-2003*, The International Institute for Strategic Studies (IISS), Oxford University Press; Virginia Raisson e Jean-Christophe Victor, Laboratoire d'études politiques et cartographiques (LEPAC), Paris.

1. A 1 de Janeiro de 2002, segundo o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR).
2. Não está disponível nenhuma estimativa credível do número de refugiados.



APÊNDICE A – HISTÓRIA DA CHINA ATÉ À IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Ainda se conhece pouco da pré-história da China. Contudo, é possível traçar as origens do povo chinês tal como hoje o conhecemos, há apenas 7000 anos. Embora os historiadores pensassem antigamente que a civilização chinesa assentava em influências do Mediterrâneo, o desenvolvimento de uma cultura separada é hoje inquestionável. A primeira dinastia de que existem provas é a **Shang**, subsistindo dúvidas consideráveis acerca da lendária **Hsia**, alegadamente derrubada pela Shang em 1750 a.C. e que provavelmente reinou sobre as áreas da planície do norte da China, em torno do Rio Amarelo (Huang He), nas modernas províncias de Shandong, Henan e Hebei e em certas zonas das províncias de Shaanxi e Shanxi. A arquitectura e os valores familiares Shang propagaram-se além fronteiras e influenciaram de forma crucial a civilização chinesa até aos nossos dias. Não existindo um sentido de estado chinês e, operando em torno das fronteiras de domínio Shang, outros estados com graus variáveis de poder e desenvolvimento cultural, um deles, o Chou, que dominava uma área próxima a oeste de Xi'an, acabou por derrotá-los por volta de 1050 a.C., alargando a área de influência cultural que estava a tornar-se inequivocamente chinesa.

A dinastia **Chou** (1050-256 a.C.) governou sobre um vasto domínio que a oeste foi até à fronteira da actual província de Gansu, a leste à de Shandong e a sul o vale do rio Iansequião (Yangtsé-kiong), estabelecendo um regime feudal em que os parentes do governante reinavam sobre os diversos estados. De entre vizinhos e na sequência de diversas lutas de um período designado dos “Reinos Combatentes”, foram os Ch'in que, usando a sua posição privilegiada numa região nas franjas dos mundos chinês e bárbaro, conseguiram derrotar não só os Chou em 256 a.C. como os restantes reinos em 221 a.C.

A poderosa dinastia **Ch'in** (221 – 206 a.C.), embora uma das mais breves da história da China, iria revelar-se uma das mais influentes. O seu fundador – Shih Huang Ti, “o primeiro Imperador da China” – fez florescer um sentido, ainda incipiente, de estado chinês. Os principais objectivos do imperador eram a centralização, a standardização e a unificação; dividiu o território em regiões e distritos militares e governou a partir do centro; foram uniformizados os pesos, medidas e o sistema de escrita e a oposição ideológica foi implacavelmente suprimida. Em 214 a.C. já os domínios chineses se tinham alargado ao Vietname mas com a morte do Imperador em 210 a.C. a dinastia entra em decadência, sendo o poder tomado pelos Han.

A dinastia **Han** (206 a.C.- 220) embora assente na oposição ao quadro legalista que havia determinado o sucesso dos Ch'in, herdou uma base que lhe permitiu desenvolver-se como uma das maiores dinastias chinesas. O Confucionismo tornou-se a doutrina do estado, o poder

imperial absoluto foi santificado como “o Mandato do céu”, deu-se um período de expansão cultural e científica além fronteiras e de consolidação da identidade chinesa, tendo sido também integradas muitas regiões que se encontravam já sob a tutela nominal da China. Embora a ideia de uma China unida nunca tivesse morrido, os Han fragmentaram-se em estados em guerra e a sua queda pode atribuir-se, em parte, a factores económicos que causando várias insurreições acabaram por dividi-la em três. Estes reinos (WEI, SHU e WU) coexistiram entre 220 e 265, sendo reunificados pelos **Jin** do oeste e novamente divididos em 316, inclusivamente por alguns reinos bárbaros a norte para serem novamente reunificados em 518 sob o poder dos **Sui**. Paradoxalmente a época de confusão provocada por todas estas alterações foi também de grande florescimento cultural tendo também sido construído o *Grande Canal* (DaYunhe). Em 618, uma revolta popular depôs os Sui e trás ao poder uma dinastia considerada das mais consumadas – os **Tang** (618 – 907).

O seu fundador, foi um general de origens bárbaras e chinesas que conservou a atitude fundamental confuciana, estimulou o desenvolvimento da educação, promoveu o contacto com os estrangeiros e, não sendo vulgar, abdicou a favor do seu filho, quando considerou que a China tinha atingido estabilidade suficiente. Tendo como capital Chang’na (Si’an), com uma população estimada em 2 milhões de habitantes, provavelmente a maior cidade do mundo nessa época, teve como marco mais importante a sua organização. Foi codificada uma legislação complexa em todo o império que se estendia do Vietname à Coreia, às escolas confucionistas foram acrescidas outras especializadas em direito, matemática e ciências, a pintura e a música floresceram. Foi retomado e desenvolvido o sistema de provas/concursos oficiais para admissões a cargos, implementado pelos Han, baseado no mérito e não pelo estatuto adquirido por nascença e introduzidas letras de câmbio (“dinheiro volante”). Os Tang eram também notáveis pelo contacto com o mundo exterior, já que persas e judeus, por exemplo, se contavam entre os mercadores de Cantão e a influência chinesa ao longo da Rota da Seda foi restabelecida. O budismo atingiu o apogeu durante este período, antes do seu declínio súbito em resultado dos ataques oficiais à sua influência. Pela primeira vez, o centro e o sul da China rivalizaram com o tradicional núcleo do país, no norte, em torno do rio Amarelo e o império estende já o seu domínio ao Tibete. A fidalguia confucionista começou a ganhar mais dinheiro com os cargos que ocupava do que com a terra, renunciando o desabrochar de uma classe média. Não se tendo verificado inovações políticas excepcionais neste período e em última instância, os problemas sócio económicos, como a deslocação dos camponeses que pagavam impostos, determinada por mercadores ávidos de terras e a crescente riqueza da aristocracia, provocaram sérios conflitos internos acabando em nova desintegração do território. Uma vez mais a desagregação, (passando a existir 5 dinastias a

norte e 10 reinos a sul) durante cinco décadas de querelas até que o homem forte da época (imperador Taizu) em 960 consegue nova reunificação iniciando a dinastia **Sung** (960 – 1279).

Esta foi outra das grandes dinastias chinesas durante a qual a urbanização crescente que deu origem a uma próspera relação comercial com o estrangeiro. As cidades tornaram-se mais sofisticadas, o génio chinês para a inovação inspirou uma série de invenções como a bússola e a vacina contra a varíola, deu-se um grande ressurgimento cultural a vários níveis acompanhado de uma melhoria significativa na educação e alfabetismo. Apesar de todo este desenvolvimento a nível militar foi uma era de grande debilidade e decadência que acentuou a tendência chinesa para a introspecção, com o budismo continuando a definir, devido à opressão da anterior dinastia e o neoconfucionismo a dominar o seu pensamento. Com as invasões “bárbaras”, a norte, a corte foi forçada a deslocar-se para sul, para Hangzhou, considerando-se assim dois períodos nesta dinastia: *Sung do Norte* (960 – 1127) e *Sung do Sul* (1127 – 1279).

O sucesso dos mongóis na conquista da China pode, para além da fragilidade militar dos Sung, atribuir-se ao uso da mais moderna forma de combater, sobretudo a cavalaria móvel acrescentando a isto a escassez de água na Ásia Central que terão forçado as desordeiras tribos mongóis a unirem-se sob a liderança única de Gengiscão, com o fim de se apoderarem de territórios menos áridos. Em 1215 Pequim caiu mas, Gengiscão não completou a conquista de todo o território chinês, sendo então o império Mongol dividido pelos seus três filhos e um neto. Um dos filhos, Ogodai, volta a invadir a China mas enfrenta grande oposição dos Sung que a sul resistiram durante meio século a todas as tentativas de conquista e que só veio a ser concretizada por Kublai, neto de Gengiscão, em 1279. Governante de toda a China, Kublai Cão adoptou o nome chinês de **Yuan** (“Primeiro Começo”) para a sua dinastia, a primeira dinastia estrangeira a governar a China embora tivesse durado pouco mais de um século (1279 – 1368). Os mongóis invadiram igualmente a Indochina e chegaram a Java onde permaneceram por pouco tempo mas provocaram migrações em massa e contribuíram indirectamente para transformações políticas nos territórios vizinhos. Kublai Cão transferiu a capital do império Mongol para Pequim, contratou homens capazes de todas as nacionalidades, deu ouvidos a todas as filosofias, contratou contingentes estrangeiros para os seus exércitos e proibiu os chineses de transportar armas. Apesar destas mudanças, a ideologia confuciana e a vida política burocrática foram preservadas não acontecendo o mesmo com alguns costumes, tradições e sobretudo a língua. A China e a Europa entraram numa nova era de intercâmbio cultural, muitos europeus chegam ao território (diplomatas, missionários para propagar o cristianismo ou simples aventureiros) e começaram a fazer-se sentir grandes influências e clivagens culturais que desgastaram e contribuíram para a perda de identidade dos mongóis, que associado às grandes distâncias,

acabaram por perder o controlo do seu vasto e ingovernável império alguns anos após a morte de Kublai.

Zhu Yuanzhang, fundador da dinastia **Ming** (1368 – 1644), oriundo de uma família de camponeses, ascendeu a general e, depois a imperador, expulsou os mongóis e fundou a capital Ming em Nanquim. Os Ming (que significa “brilhante”), viriam a tornar-se o arquétipo da dinastia chinesa – pacífica, próspera e estável – a imagem da China tradicional governada pela nobreza erudita, com base no neoconfucionismo. Embora o confucionismo tivesse sido revitalizado, o imperador tornou-se cada vez mais autocrático e depois da sua morte rebentou uma guerra civil em que o neto e herdeiro foi destronado pelo seu filho que governava Pequim como príncipe de Yan. Este tornou-se o Imperador Yung-le, o maior desta dinastia que estabeleceu a sua base de poder junto à fronteira com a Mongólia mudando a capital para Pequim. Mandou reconstruir e ampliar a Grande Muralha, movimentou muita população para colonização e desenvolvimento de terras destruídas pela guerra e ordenou várias expedições marítimas (Almirante Zheng He – 1371 a 1433), promovendo o prestígio chinês ao longo de novas rotas comerciais chegando até à costa arábica. Foi também durante esta dinastia que os primeiros exploradores portugueses chegam a Kuangtung (1514) e se estabelecem, também as primeiras trocas comerciais com os ingleses. Ao fim de 300 anos, devido a ressentimentos contra os dirigentes eunucos que se haviam tornado demasiado poderosos e ao medo da ameaça mongol a China fecha-se em si mesma, pára com as expedições, as relações externas entram em declínio, são proibidas as saídas de cidadãos do país e os camponeses, expropriados por aquela classe dirigente, unem-se e desencadeiam uma rebelião generalizada que leva ao suicídio do imperador.

Tirando partido dessa disputa civil, um exército manchu invadiu a China a partir de nordeste conquistando Pequim em 1644 . Os manchus eram uma confederação de tribos Djurtchet da Manchúria central e meridional e cujo dirigente, Nurhaci, fundou o estado manchu em 1616 com a capital em Shenyang e que ao adoptar o confucionismo, ganhou o apoio de 3 milhões de chineses que viviam naquela região. O seu filho, Abahai proclamou a nova dinastia **Ch’ing** em 1636 e, após a conquista de Pequim, durante as décadas seguintes assume o controlo de toda a China (1644 – 1912), sendo a última dinastia que veio a pôr termo a mais de 2000 anos de governo imperial. Ao contrário dos mongóis, os manchus decidiram preservar a estrutura de governo chinesa, impondo contudo, algumas das suas próprias tradições. Entre 1711 e 1799 as fronteiras do império foram alargadas para norte e oeste, nomeadamente a anexação de duas vastas regiões – Mongólia Interior e Sinqião. Seguem-se vários fracassos militares que viriam a deixar o país sem defesas e em 1800 já havia sinais de declínio e várias revoltas campesinas. Durante os últimos 100 anos dos Ch’ing esse declínio e eventual queda da China imperial foi um

processo longo e doloroso, em que grassaram influências a que os recursos tradicionais não puderam dar resposta. Nos primeiros anos do século XIX, os ingleses encontraram um produto – o ópio – um dos poucos desejado pelos chineses e que poderia ser cultivado na Índia, para abastecer o mercado chinês servindo de moeda nas trocas comerciais em que o balanço era nitidamente desfavorável para os europeus que pouco tinham para oferecer. Na tentativa de interdição às importação desta droga, os chineses destruíram todo o ópio estrangeiro em Cantão e desencadeou-se a **Guerra do Ópio** (1839-1842) que terminou com a vitória inglesa. É assinado o tratado de Nanquim (1842) pelo qual foi cedido Hong Kong e 5 portos comerciais à Inglaterra. Continuaram a afluir ao território estrangeiros em número sem precedentes, sobretudo missionários cristãos e mercadores determinados a obrigar o governo chinês a abraçar o comércio livre e, em 1844, são assinados os primeiros tratados entre a China e alguns estados europeus, chamados de “*injustos*” e através dos quais foram feitas mais algumas concessões. As reacções, tanto dos dirigentes Manchus, como dos intelectuais chineses, à presença de estrangeiros no seu solo foram contraditórias: alguns ignorara-nos, ao passo que outros expressaram interesse nas novas ideias. A maioria dos governantes sentiam que a China tinha ultrapassado anteriormente inúmeras situações de grande dificuldade e que a superioridade da sua civilização era de tal ordem que deveria retomar uma posição de superioridade sobre todas as restantes civilizações. A linha oficial adoptada pelos manchus era que os estrangeiros deviam ser ignorados enquanto os que eram a favor da ocidentalização não chegavam a acordo sobre como proceder. As tensões tinham como pano de fundo a grande instabilidade agrária e o aprofundamento da miséria social começando a surgir um perigo crescente de revolta e atitudes hostis relativamente à ameaça europeia materializadas por muitos levantamentos dos quais o mais sério da época foi a **Revolução de Taiping** (1850 – 1864) que terminou com auxílio estrangeiro numa humilhante derrota, custou 20 milhões de vidas e revelou a vulnerabilidade do governo chinês perante um desafio. Significativo foi também uma **invasão Anglo-Francesa** (1857-1860) na sequência do incidente com navio inglês “Arrow” que teve como consequência, entre outras, a ocupação de Pequim e o saque e incêndio do Palácio de Verão. Tal ambiente de desordem e dificuldade de manter a integridade territorial, resultou em novas cedências como o território a norte do rio Amur e a península de Ussuri à Rússia. Entre 1864 e 1878 dão-se duas revoltas muçulmanas nas regiões de Yunnan e do Xinjiang (Turkestão chinês) reabilitadas, em parte, com auxílio de tropas ocidentais. Posteriormente a fragilidade chinesa ficou, novamente, bem patente durante a **Guerra Sino-Japonesa** (1894 - 1895), com nova derrota, sendo obrigada a reconhecer a perda da Ilha Formosa (Taiwan), e a soberania da Coreia a qual se tornou independente.

O imperador que subiu ao trono ainda criança, em 1875, pouco depois de começar a governar pessoalmente em 1889, entrou em conflito com a imperatriz Cixi que governou como regente (1835–1908). Quando em 1898 os reformadores estavam próximo de executarem algumas reformas, na sequência da publicação de uma série de éditos, naquilo que se designou de “*Os cem dias da reforma*” a imperatriz recrutou o apoio de oficiais e soldados manchus, sequestrou o imperador, prendeu-o e afastou os reformadores das instâncias de poder e decisão. Entretanto os residentes continuaram a explorar o país e o aumento de tensões acabou por culminar na ***Revolta dos Boxers***¹ (1900 -1901), inicialmente contra os manchus mas que rapidamente se virou contra todos os que fossem de origem estrangeira, chineses convertidos ao Cristianismo e até mesmo aos próprios missionários. Quando surgiram os protestos diplomáticos e pedidos para que estes grupos fossem dissolvidos pelo governo, estalou então a revolta instigada pela imperatriz tendo esta declarando guerra a todas as potências estrangeiras. O ministro alemão em Pequim foi assassinado, bem como várias centenas de missionários. Uma expedição internacional tomou de assalto alguns fortes chineses abriu caminho até à capital e restabelecendo o normal funcionamento das sedes diplomáticas que tinham sido destruídas. A corte que entretanto fugira de Pequim, é obrigada a aceitar os termos de paz, a pagar grandes indemnizações e fazer mais concessões.

Deste declínio, emergiram gigantescas insurreições a que corresponderam idênticas repressões, que devastaram a maior parte do país. Neste contexto a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Rússia e o Japão partilharam entre si o imenso território, que só não foi sujeito a uma experiência colonial completa devido à sua dimensão e ao seu peso demográfico.

A influência ocidental encorajou o aparecimento de vários grupos revolucionários, em especial os dirigidos por Sun Yat-Sen que tinha estado em contacto com os ideais democráticos no Japão, na América e na Grã-Bretanha. A perda de controlo que os manchus vinham demonstrando levou que em 1911 alguns revolucionários tenham entendido ser o momento decisivo para derrubar o poder, actuando esses rebeldes em nome de Sun Yat-Sen – que se encontrava no estrangeiro -, bem como do general Yuan-Chi-Kai, o qual veio a ser considerado como o verdadeiro e real autor da derrota desta última dinastia. No dia 12 de Fevereiro de 1912, o imperador, ainda criança, abdicou, tendo sido proclamada a república e Sun Yat-Sen eleito presidente provisório. Contudo, Yuan-Chi-Kai, o comandante traidor do exército popular, fez gorar os seus planos para criar um estado mais moderno e democrático e leva-o a ceder-lhe o

¹ Sociedade muito difundida e secreta designada por “*Sociedade dos Punhos Harmoniosos*” e cujos membros eram denominados de “Boxers”. Estes elementos pretendiam com as suas acções violentas diminuir o poder dos estrangeiros na China sendo favorecidos pelos oficiais manchus e pela própria corte que assim se não envolviam directamente.

lugar tendo sido unanimemente declarado presidente. Yuan abandonou todas as pretensões a sentimentos republicanos e em 1915 autoproclamou-se imperador mas, as suas ambições ditatoriais foram inconsequentes, pois, morreu no ano seguinte. Foi ele que abriu o caminho a um período bastante sombrio da história da China, quando os vários senhores da guerra, que controlavam secções do exército chinês, entraram em luta uns com os outros pela supremacia da China Setentrional e pela tomada de Pequim. O Japão, observando o infortúnio chinês às mãos dos europeus e receando igualmente ser sujeito a poderes externos, económicos e militares, tecnologicamente superiores, avançou na sua expansão imperial, tendo, num projecto de hegemonia, ocupado em 1915, o Nordeste da China e a partir de 1937, lançado numerosas ofensivas, numa boa parte do litoral chinês. Sun Yat-Sem e os seu seguidores não podiam mais do que trabalhar pelas reformas tão necessárias, a partir da distante capital de Guangzhou na China Meridional (Cantão) e, após a sua morte, em 1925, o seu cargo de dirigente do Partido Nacionalista (Kuomintang) foi ocupado por Chang Kai-Chek (1887-1975). O principal objectivo do partido era derrubar os senhores da guerra instalados em Pequim, reunificando assim a China através de conquistas militares. Preparando-se para a revolta armada, os nacionalistas foram treinados por conselheiros da recém criada União Soviética, que se esforçavam por influenciar a situação política na China. Ao mesmo tempo estavam activos em Xangai, revolucionários soviéticos, tendo sido aí fundado, em 1921, o Partido Comunista Chinês. Em 1923, os Comunistas juntaram-se aos nacionalistas, existindo, no entanto, fortes tensões entre eles, em grande parte porque Chang Kai-Chek sabia que não atingiria os seu objectivos sem o apoio de governos estrangeiros e de industriais chineses, que se opunham implacavelmente ao marxismo. Quando Chang conduziu o seu exército para norte, em 1927, e declarou um novo governo nacionalista em Nanquim, o seu primeiro acto foi banir o Partido Comunista e empreender uma purga dos esquerdistas das suas próprias fileiras. Durante este período, muitos foram assassinados ou encarcerados e os comunistas em toda a China foram perseguidos, por meio das chamadas “campanhas de isolamento”, pelas quais o exército procurou livrar-se pelas forças da China Meridional. Para escapar aos nacionalistas, os comunistas empreenderam uma árdua marcha de 23.200Km, em 1935, atravessando o extremo oeste da China, expedição que ficou na história como a “Longa Marcha, em que participaram 100.000 pessoas das quais sobreviveram menos de 10.000.

Estes veteranos, incluindo o seu dirigente, Mão Tsé-Tung, viriam a formar uma elite, no seio do Partido Comunista, que viria a governar a China e a obrigar o seu povo a participar numa série de campanhas igualmente heróicas, ainda que enganadoras.

Agora, contudo, o pior dos inimigos concordou em cessar as hostilidades e em constituir uma frente unida contra os japoneses, que invadiram as áreas que ainda não controlavam, em 1937. Até à capitulação dos japoneses, no final da II Guerra Mundial, os comunistas mantiveram uma campanha de guerrilha permanente, a partir das suas bases do ocidente, enquanto os nacionalistas, apoiados pelos aliados ocidentais, operavam a partir de bases na província de Sechuão.